



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JÉSSICA MARTINS MORFIM

**MULHERES RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS:
O “empoderamento” como “canto da sereia”**

FLORIANÓPOLIS
DEZEMBRO, 2018.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JÉSSICA MARTINS MORFIM

**MULHERES RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS:
O “empoderamento” como “canto da sereia”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, para a obtenção do Grau de Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Simone Sobral Sampaio

FLORIANÓPOLIS
DEZEMBRO, 2018.2

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Morfim, Jéssica Martins Mulheres responsáveis pelas famílias: O “empoderamento” como “canto da sereia”/ Jéssica Martins Morfim; orientador, Simone Sobral Sampaio, 2018. p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

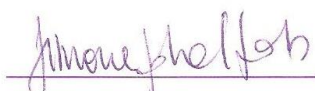
1. Gênero. 2. Monoparentalidade Feminina. 3. Responsabilização. 4. Empoderamento. I. , Simone Sobral Sampaio. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

**MULHERES RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS:
O “empoderamento” como “canto da sereia”**

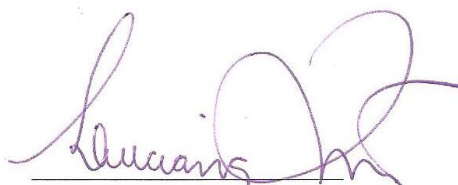
Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, 04 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª Dr.ª Simone Sobral Sampaio
Departamento de Serviço Social- UFSC
Presidente



Prof.ª Dr.ª Luciana Patrícia Zucco
Departamento de Serviço Social- UFSC
1º Examinadora



Msc. Micheli Klauberg Faustino
2º Examinadora

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, à Assistente Social Micheli, que contribui com trocas abundantes de experiência e conhecimento, com base em sua bagagem profissional percorrida na área de atuação. Sua experiência atuante na área da Educação e na política de Assistência me acrescentaram ricamente enquanto aprendiz do exercício profissional, me instruindo a posicionar-se eticamente diante das situações que afligem o campo de trabalho. Agradeço pela motivação diária e amizade que construímos neste processo de Supervisão.

Todos os Mestres e Doutores do Departamento de Serviço Social da UFSC, presentes nesta caminhada e etapa de formação da minha identidade profissional, que contribuíram efetivamente com o processo de aprendizagem.

Destaco e agradeço à Professora Dr^a Simone Sobral Sampaio, que direcionou e orientou com excelência a construção do TCC, transmitindo seu saber e estando à disposição para a solução de dúvidas e dificuldades deparada na elaboração do respectivo trabalho.

Ressalto a importância de todos aqueles que participaram da minha caminhada, tornando-se suporte para a continuidade desta realização. Dentre muitos colegas, menciono com prazer, duas grandes amigas, Bruna e Juliana, que desde o início se tornaram parte integrante desta jornada, transformando os dias mais exaustivos em alegria e incentivo. Que a sinceridade desta amizade originada neste processo, prossiga para sempre.

Aos meus avós, Nelcy e Natanael, que investiram esforços e me ampararam para a realização desta etapa, se fazendo presente nos momentos importantes da minha vida.

Agradeço a todos, que contribuíram e fizeram parte para que esse sonho se tornasse real.

*Antigamente
diziam: cuidado,
as paredes têm ouvidos*

*então
falávamos baixo
nos policiávamos*

*hoje
as coisas mudaram:
os ouvidos têm parede*

*de nada
adianta
gritar*

(Rui Proença)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho de conclusão de curso, é analisar a responsabilização e multiplicidade de papéis assumidos pelas famílias de monoparentalidade feminina, obtendo como temática central o debate sobre gênero, norteadas pelos respectivos autores, que se constituíram como aporte teórico para a produção deste trabalho, compostos por Saffioti (2001), Pateman (1993), Bruschini (1994), Costa e Marra (2013), Cronemberger e Teixeira (2012), Cúnico e Arpini (2014) e Zanardo e Valente (2009). A partir deste aporte teórico, o presente trabalho versou sobre a conceituação de gênero e sua relação com o familismo, manifestando em seu seio, as desigualdades empregadas pelas relações de poder. Com base nas transformações percorridas pelas instituições familiares, novos arranjos familiares se compuseram, buscando como foco de análise as famílias de monoparentais femininas. As famílias monoparentais do sexo feminino dedicam 73% de horas a mais que os homens relacionados aos afazeres domésticos e cuidados dos seus dependentes (IBGE, 2016). Permeadas pela auto-cobrança e pela exigência cotidiana de satisfação de suas necessidades, bem como o cumprimento dos deveres diários, dando visibilidade para as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Diante da metodologia adotada para a construção da respectiva pesquisa, as falas das famílias de monoparentalidade feminina inseridas no Programa de Concessão de Bolsa de Estudos (PCBE) proporcionaram uma compreensão crítica acerca da terminologia “empoderamento”. Esse termo proporciona um falso encantamento e sedução, se mostrando incoerente com a realidade apresentada pelas mulheres. A partir deste pressuposto, se tornou necessário desconstruir a conceituação adotada e divulgada pelos setores organizacionais acerca da nomenclatura que tem se protagonizado pelo viés ilusório da sua real função.

Palavras Chaves: Gênero, Monoparentalidade Feminina, Responsabilização, Empoderamento.

ABSTRACT

The goal of this final work is to analyze the responsibility and multiplicity of roles assumed by the families of female single parenting, getting as main theme the debate about genre, guided by related authors that constituted as teorid contribution of this work compounded by Saffioti (2001), Pateman (1993), Bruschini (1994), Costa and Maira (2013), Cronemberger and Teixeira (2012), Cúnico and Arpini (2014) and Zanardo and Valente (2009). Since this theoretic contribution, this work versed about the conceptualization of the genre and its breast the inequalities done by the relations of the Power. Based in the transformations done by the family institutions, new family arrangements composed, seeking out as focus the analyse of the female single parent. The single parent headed by women dedicate 73% more hours than men related to homeworks and care with her dependents (IBGE, 2016). Pernead by self confidence and by the day by Day requirement of the satisfaction of her necessites, as well they accomplished of the Day by Day homeworks, it gives visibility for the inequalities of the genres presented in the society. By the methodology adopted for the respective construction research, the heads of household women´s speak inserted in the scholarship program (PCBE) provides a critical understanding about the termino ogy “empowerment” this term provides a false enchantment and seduction showing incoherent with the reality presented by women. By this assumption, it became required deconstruct the conceptualization adapted and disclosed by the organizational sectors about the nomenclature that has starred by the illusory bias of its real function.

Key Words: Genre, Female Single Parenting, Responsibility, Empowerment.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEA	Colégio Elisa Andreoli
CEBAS	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSEE	Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos
MEC	Ministério da Educação
PCBE	Programa de Concessão de Bolsa de Estudos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	FAMÍLIA E DELINEAMENTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIAL	12
2.1	Relações de gênero e familismo	12
2.2	Famílias de monoparentalidadefeminina	20
3	FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS INSERIDAS NO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS FILANTRÓPICOS (PCBE) DO COLÉGIO ELISA ANDREOLI	25
3.1	Procedimentos metodológicos para análise dos dados coletados	25
3.2	Análise dos relatos manifestados pelas famílias de monoparentalidade feminina	27
4	EMPOWERMENT	42
4.1	A mercadorização do poder	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	55
	ANEXO: QUESTIONÁRIO INSERIDO COM AS MULHERES RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS (PCBE).....	56

1INTRODUÇÃO

A delimitação do estudo adotado para a efetivação desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), parte da experiência desempenhada no estágio, realizado no âmbito institucional do Colégio Elisa Andreoli (CEA), constituído pela modalidade de Ensino Básico do direito privado, que propiciou o desempenho e demonstrou a relevância do referente estudo. Com base neste pressuposto, este trabalho partiu do presente questionamento a ser formulado no decorrer da construção da respectiva pesquisa: De que forma as mulheres chefes de família analisam a sobrecarga vivenciada no seu cotidiano?

Para tal formulação é necessário compreender a política que permeia a instituição na qual foi desempenhado o estágio obrigatório. O Programa de Concessão de Bolsas de Estudos (PCBE) é ofertado pela instituição como política social, estabelecida e regulamentada na Lei 12.101/2009^a (nomeada Lei da Filantropia), que dispõe sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), entidades atuantes nas áreas das políticas de Saúde, Assistência e Educação (BRASIL, 2009).

Nos campos das políticas educacionais, que desfruta desta certificação para a concretização da isenção de contribuições para a seguridade social, as instituições se reiteram segundo a legislação 12.101/2009 de conceder e ofertar uma parcela de 10% de bolsas de estudos integrais, contabilizados pelo número total de estudantes matriculados na instituição.

Mediante a concessão desta política, a profissional Assistente Social atuante neste campo educacional possui sua atribuição pautada na operacionalização do PCBE e acompanhamento das famílias beneficiárias, preconizando os estudantes do Ensino Básico como principais portadores deste direito.

Atualmente na instituição, o setor de Serviço Social acompanha 187 bolsistas contempladas pelo Programa, os estudantes beneficiários são selecionados pelos critérios de renda mediante a comprovação do perfil socioeconômico familiar, além de outros critérios definidos pelo Ministério de Educação (MEC), dispondo da finalidade segundo a prerrogativa da lei 12.101/2009, de “oportunizar a Concessão de (1) uma Bolsa de Estudos integrais para

^aA Lei 12.101/2009 (BRASIL, 2009) preconiza o CEBAS Educação, dentro do atual cenário das políticas de educação existentes, é uma ação que contribui de maneira efetiva para o processo de inclusão social no país por meio da garantia de ofertas de bolsas, integrais ou parciais, aos estudantes de Educação Básica ou Educação Superior, constituindo-se como política pública de acesso. As entidades detentoras do CEBAS, se preenchidos aos demais requisitos exigidos pela legislação tributária, podem desfrutar de isenção do pagamento das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos seus empregados trabalhadores avulsos, como também receber transferências de recursos governamentais a título de subvenções sociais, nos termos do art. 30 da Lei nº 12.465/11 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO).(BRASIL, 2011).

cada (5) cinco alunos matriculados; e bolsas parciais de 50% quando necessária” (BRASIL, 2009. Art. 13°).

A partir desta regulamentação que prorroga o CEBAS, a bolsa integral é concedida ao aluno, cuja renda familiar mensal per capita não ultrapasse o valor de 1,5 salário mínimo e meio, e a bolsa parcial é concedida ao aluno em que a renda familiar não exceda o valor de 3 salários mínimos (BRASIL, 2009. Art. 14°).

A representação socioeconômica familiar demonstrada pelos usuários que recorrem ao Serviço Social para o deferimento do benefício demonstra segundo Faustino (2011), que a desigualdade social é um fator determinante e consequente das condições estabelecidas pela contradição entre capital e trabalho. Esses fatores têm se repercutido no campo educacional através de processos que caracterizam a exclusão social de famílias, em que sua maioria é recorrente das condições socioeconômicas. As condições socioeconômicas retratadas aqui, se tornam precursoras da exclusão social como outros fatores decorrentes da questão social, provocando mudanças na organização e no núcleo das famílias.

Com base nesses fatores socioeconômicos, os usuários que buscam o Serviço Social no CEA são em sua maioria representada pelo sexo feminino, retratando a perspectiva conservadora de um padrão familiar tradicional, consideradas como responsáveis legais na instituição e principais responsáveis pela educação dos filhos, caracterizando a representação das mulheres pela capacidade de exercer o papel de multi-funções. Segundo Lagarde, “o gênero feminino é o que mais trabalha, recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências; enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais” (LAGARDE, 1996, p. 170).

Com o embasamento do estudo de gênero, a configuração familiar que será delimitada e retratada como ponto de debate, são as famílias de monoparentalidade feminina, que constituem segundo um levantamento e análise pelos parâmetros adquiridos na ficha de cadastro socioeconômico, um valor percentual de 27% de famílias monoparentais do sexo feminino inseridas no programa, denominadas como principais responsáveis legais dos estudantes beneficiários do PCBE na instituição. Este instrumental é utilizado no processo de efetivação das entrevistas, procedimento que fundamenta e integra o estudo socioeconômico para o deferimento da bolsa de estudos.

O desenvolvimento da coleta de dados e informações do público pretendido neste estudo foi propiciada e demonstrada pela categoria de composição familiar instituída no instrumental da ficha de cadastro socioeconômico do ano letivo de 2018. A partir deste

levantamento, se tornou possível constatar um número significativo de mulheres responsáveis pela família, sujeitos alvos para a realização deste trabalho.

Essa análise nos permitiu demonstrar como de fatores determinantes, o: divórcio, abandono do conjugue, ausência do registro paternal, falecimento do par parental, mães solteiras e entre outras variáveis que determinam e que configuram as famílias monoparentais chefiadas pelo sexo feminino. No entanto, quando a responsável financeira, é também o sexo feminino, surge um fator importante para análise desta configuração familiar, o papel do gênero, que intensifica a desigualdade salarial entre homens e mulheres e impõe ao sexo feminino um papel de responsabilização para a criação dos filhos, reduzindo seu acesso a melhores condições de vida.

As motivações e interesse sobre o campo temático de estudo, decorreu do cumprimento do período acadêmico de estágio obrigatório, que proporcionou a constatação deste número significativo de famílias monoparentais do sexo feminino atendidas pelo Serviço Social no CEA. Diante das demandas que se consolidam como expressão da questão social, compreendido como objeto de trabalho do Serviço Social, a discussão do papel da mulher, enquanto responsável pela família se tornou uma questão preponderante para o aprofundamento da temática do objeto de estudo.

O trabalho pretende buscar e analisar o papel assumido pelo arranjo familiar caracterizado pelas famílias de monoparentalidade feminina, compreendendo as faces de suas lutas engendradas na relação de poder, lutas marcadas pela responsabilização e proteção dos seus membros dependentes, como o desempenho das respectivas atividades desempenhadas tanto no âmbito doméstico, como no âmbito profissional.

A partir do retrato de suas realidades, serão apontadas suas dificuldades mediante a articulação desses âmbitos, implicando o papel da mulher nas desigualdades de gênero. Para tanto, a retratação de suas realidades e vivências, se proporcionará pela apresentação de suas falas, propiciadas pela modalidade de um roteiro, inserido nos encontros efetivados pelo Projeto de Intervenção, proposto e executado na decorrência do estágio.

Os relatos serão analisados de forma qualitativa, optando analisar 10 relatos manifestados pelas Mulheres Chefes de Famílias, proporcionado pelo Projeto de Intervenção. As falas serão compreendidas e analisadas a partir de sua riqueza e totalidade. Desta maneira, com a delimitação do estudo pretendido, o presente TCC tem como objetivo analisar a responsabilização e multiplicidade de papéis assumidos pelas famílias de monoparentalidade feminina e cumprirá os respectivos objetivos específicos de compreender os relatos apresentados pelas famílias de monoparentalidade feminina; caracterizar o papel social

assumido pelas mulheres e problematizar a terminologia empregada para “empoderamento” feminino.

A respectiva pesquisa será composta por três capítulos, a primeira irá abordar a dimensão e definição histórica da terminologia família, compreendendo em sua análise os delineamentos de responsabilização na proteção social e as relações de gênero e familismo presentes nesta construção histórica, como a compreensão das famílias de monoparentalidade feminina mediante seu contexto histórico. A segunda seção priorizará os procedimentos metodológicos adquiridos para análise dos dados coletados na pesquisa, dados estes obtidos pelo trabalho em grupo com as famílias monoparentais femininas inseridas no Programa de Concessão de Bolsas de Estudos do Colégio Elisa Andreoli, disponibilizadas pela efetuação e inserção de um roteiro, apresentado neste capítulo. Assim, o respectivo capítulo, se objetiva-se em analisar as falas destas mulheres, compreendendo seus entendimentos quanto a nomenclatura “empoderamento”, como narram suas dificuldades apresentadas diariamente, enquanto mulheres inseridas no contexto de família monoparental. A terceira e última seção, apresenta a abordagem e problematização da terminologia “empoderamento”, e a forma de como é empregado e divulgado pelos setores da sociedade. Com base nesta discussão, versou compreender e entender a conceituação das relações de poder existentes, que contestam as desigualdades que se estabelecem entre homens e mulheres.

2 FAMÍLIA E DELINEAMENTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, será abordada a definição histórica de família e as relações de gênero presentes neste contexto de transformações. Diante das transformações percorridas nos diversos cenários perpassados pelas organizações familiares, as famílias monoparentais do sexo feminino, terão a centralidade de discussão desta seção, compreendendo seu contexto histórico, bem como as relações que estabelecem na atualidade.

2.1 Relações de gênero e familismo

A abordagem da terminologia de gênero foi empregada e evidenciada pelas feministas americanas, a fim de reportar sobre as distinções entre os sexos. Segundo Scott (1995, p. 19), a instituição do conceito de gênero aflorou em um período de exaltação apropriado pela forma de “evolução dos paradigmas científicos em direção aos paradigmas literários”. Rigorosamente, vale ressaltar que o conceito referido ao gênero pode ser desenvolvido sem reduzir-se como identidade fixa, adverso pelas ideologias utilizadas pelas feministas americanas ao evidenciarem a denominação de gênero, abordando fatos isolados sobre o estudo das mulheres, como reportando seus estudos na focalização das distinções entre os sexos.

Para Scott, esta terminologia pode ser articulada como categoria de análise, constituindo-se em dois componentes que se vinculam, a primeira remete o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 2). Estas diferenças compreendidas entre os sexos, propõem submeter à segunda proposição, definindo o gênero como forma de dar significado as relações de poder. Para Scott (1995), o significado para as relações de poder, evidenciam as transformações percorridas pela organização das relações sociais, mediante suas representações.

Para Saffioti (2001), esta categoria analítica é abordada de forma distinta da conceituação utilizada por Scott (1995). Segundo Saffioti (2001, p. 45), a abordagem de gênero não se restringe a categoria de análise ou às desigualdades sexuais entre homens e mulheres, “gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual”. Gênero pode ser compreendido de vários âmbitos como símbolos culturais que envolvem e objetivam diferentes representações, concepções que

normatizam sentidos, organizações e instituições, divisões de potencialidades e atribuições e relações entre homens e mulheres.

Para compreender os estudos adotados sobre esta categoria, é indispensável distinguir as conceituações utilizadas por Scott (1995) e Saffioti (2001), para a filtração e definição da categoria analítica gênero que será empregado e aprofundado na presente pesquisa. No entanto, Scott e Saffioti, consentem que a categoria de gênero não se limita somente a construção do parentesco, existe uma dimensão além desta inclusão, outras organizações e instituições que segundo Scott (1995), podem ser incorporadas neste processo de abordagem como: o Mercado de trabalho, a Educação e o Sistema Político, que constituem organizações historicamente de adesão masculina, caracterizadas por uma elevada discriminação sexual.

A partir desta abordagem, é necessário considerar que o gênero se constrói “através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco” (SCOTT, 1995, p. 22).

De acordo com esta elucidação, o gênero atua de forma independente, mas se constrói através da noção de parentesco, que se manifesta através das modificações vivenciadas pelos grupos familiares, a partir de obrigações que corroboram e reforçam a trajetória histórica construída pelas mulheres nos seios familiares, se manifestando as relações de gênero e parentesco. Gelinski e Moser (2012) reiteram que “a concepção patriarcal influenciaria de maneira decisiva o marco jurídico que regularia a vida em família e em sociedade, como a legislação sobre o casamento de 1890” (GELINSKI; MOSER, 2012, p. 128). Não somente influenciaria este marco jurídico, como determinaria mediante uma conduta masculina as “categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhe apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001, p. 115), retratando uma perspectiva de violência de gênero e uma segregação sexual no interior dos grupos familiares.

Essa caracterização permeada e produzida pela família patriarcal, nitidamente marcada pelo autoritarismo e pelo tradicionalismo praticados nos seios familiares, demonstrava em suas ações a administração e objetivação dos fatores econômicos e de posse de bens. Para Zanardo e Valente (2009, p. 13), os casamentos eram planejados e “arranjados visando apenas a transmissão de patrimônios”, nesta perceptiva o papel da mulher era obtido como moeda de troca e de valor, “pois levava para o casamento o seu dote”.

Na Idade Antiga, mais precisamente no modelo ateniense, as famílias segundo Santos (2006, p. 90), mantinham como prioridade o casamento, priorizando o status social e os dotes que eram negociados para a efetivação do casamento. Neste modelo, os pais escolhiam “o melhor casamento possível”, sendo este o mais sucedido, a partir disto, era assinado um contrato entre os interessados (pais dos noivos) a fim de colocar a par dos dotes que estariam no acordo.

Nas famílias atenienses, as mulheres eram submetidas a se casarem por volta dos 16 anos, com homens mais maduros (por volta dos 30 anos). Após o casamento, as mulheres atenienses só poderiam solicitar o divórcio, se o conjugue “fosse estéril ou cometesse bigamia”, no entanto, o homem poderia pedir divórcios em casos de “adultério, esterilidade, bigamia, etc.”, possuindo mais facilidade de optar pelo divórcio do que as mulheres. As mulheres que praticassem o ato da infidelidade sofriam punição, podendo ser morta como ato público pelo próprio conjugue, entretanto, se os homens praticassem adultério saíam impunes ou pagavam uma quantia de indenização.

Precisa-se ressaltar, que “a esposa ateniense era considerada inferior ao marido, sendo sua propriedade privada, não tendo liberdade de ir e vir em público” (Santos, 2006, p. 92). As mulheres eram ausentes da autoridade no seio familiar, sendo inferiorizadas pelos homens, como também pelos próprios filhos de sexo masculino (mais velhos). O modelo de família ateniense era caracterizado pelo forte modelo patriarcal, reduzindo e limitando os direitos das mulheres na sociedade em que viviam.

Na gênese dos séculos XVI e XVII, as famílias seguiam fortemente este formato, mais precisamente nos engenhos, “as famílias de elite viviam nas mansões assobradas, cercadas de escravos e dependentes” (SAMARA, 2002, p. 4), com base nesta organização, a diferenciação de sexos era definida tanto pelas leis, como nas tradições, colocando o papel do homem na centralidade do poder e atribuindo à mulher a governança da casa e da família.

Segundo Pateman (1993, p. 18), a sociedade patriarcal está segmentada em duas partes: na esfera pública e na esfera privada. A esfera pública compreende a “liberdade civil”, e a privada é considerada e reiterada como irrelevante, no entanto o matrimônio não deve ser ignorado, à medida que compreende grande parte do contrato original. Observa-se que o patriarcado não possui sua relevância na esfera pública, no entanto, está presente em toda a sociedade.

A terminologia contrato social empregada por Pateman (1993, p. 29), está centrada na conceituação de criação de uma “sociedade civil patriarcal em sua totalidade”, a existência de um contrato, como a do mercado formal instituído entre patrões e trabalhadores,

defini uma contratualidade entre “as relações sociais, tais como a relação marido e mulher ou a relação capitalista e trabalhador” (PATEMAN, 1993, p.20). Este termo é referido a percepção de entrar em acordo, de livre e espontânea vontade, contudo, quando se trata do contrato social, as mulheres se encontram na posição de sujeição e os homens são eleitos como livres, essa diferenciação entre os sexos, mais estreitamente a diferença sexual, é concebida pela concepção patriarcal.

Historicamente as mulheres viviam sobre a posição de sujeição, como objeto e propriedade administrada pelo homem. Atualmente houve mudanças nas condições sociais das mulheres, porém, elas não ocupam o mesmo acesso que os homens, há uma limitação e desigualdade quando se refere à direitos e espaços civis. Para tal abordagem e aprofundamento, se torna primordial em primeiro ponto, discutir a abrangência de conceitos que definem os grupos familiares, para reiterar, por conseguinte a ideologia de gênero presente na construção dos arranjos familiares.

Percebe-se que a temática sobre família, ainda é um conceito em processo de construção, permeada por constantes transformações, operando novas formas e se difundindo mediante o parentesco. “[...] Uma imposição arbitrária de definições amplamente aceitas sobre família, a família nuclear, ou a família matrilocal bloqueiam o caminho para se compreender como as pessoas em suas casas descrevem e organizam o seu mundo” (STACK, 1974, p. 31).

As famílias monoparentais do sexo feminino, ou famílias com renda economicamente baixas, compreendidas pelas famílias pobres, coloca em prática a noção de parentesco além dos laços consanguíneos. A garantia de sobrevivência e de organização dos formatos familiares institui funções em rede, concedido pelos próprios vizinhos e amigos próximos, possibilitando um maior cuidado entre a rede local. A família matrilocal instituído por Stack (1974) é caracterizada pelas famílias que vivem sobre forma e posição de rede local, para o pleno desempenho de garantir seu provimento e sobrevivência dos membros dependentes.

Já na família nuclear, sua caracterização se diferencia pela formação do tripé de pai, mãe e filhos, família esta eleita pela composição tradicional e idealizada na sociedade atual, principalmente por programas, “públicos e privados, dentro da orientação geral da política social brasileira” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 26).

A composição familiar expressado pelo modelo nuclear, interferiu impactante nos arranjos familiares, manifestando em seu seio, as desigualdades de gênero, instituindo de acordo com Cúnico e Arpini (2014, p. 38), o papel da mulher pela fragilidade “e pouca

predisposta a atividade intelectual, estaria mais apta a almejar seus desejos, ficando encarregada dos filhos e do cuidado em casa”, empregando as mulheres a responsabilidade de se reafirmar enquanto principais provedoras de cuidados dos filhos. Em contrapartida, o homem é instituído enquanto principal provedor e sustentador do lar, direcionando os valores a e a moral para seus membros dependentes (esposa e filhos).

Com base em Soares (2003), é possível visualizar a divisão sexual de papéis assumidos entre homens e mulheres, compreendendo os aspectos que se faziam presente nas famílias burguesas, por meio da formatação nuclear:

Em primeiro lugar, o homem precisava dedicar todo o seu tempo aos assuntos econômicos, para a manutenção da família, e a casa já não poderia abrigar esta função como antes. O lar, para ele, passa a ser um espaço de lazer, ou pelo menos um espaço que não era o dos negócios. Outro aspecto, é que o capitalismo trouxera consigo a retificação das relações humanas. Os negócios econômicos eram celebrados através de contratos escritos, impessoais; os homens tratavam-se como coisas, interessados somente no próprio lucro (SOARES, 2003, p. 57).

A prioridade e o papel dos homens eram a lucratividade e o interesse exacerbado pelos negócios, de modo consequente existia um distanciamento dos filhos por serem atribuições completamente restritas as mulheres, que se encarregavam como principais cuidadoras tanto dos filhos, como do marido. As famílias burguesas eram caracterizadas pelas restrições instituídas no lar, essa divisão de sexos permitia também a designação de quem seria racional e irracional, determinado pelas desigualdades de gênero “a masculinidade se expressava na agressividade, na racionalidade e na atividade; a feminilidade, por sua vez, se restringia à capacidade de expressar emoções, de passividade e de irracionalidade” (SOARES, 2003, p. 58).

Historicamente, de acordo com Gelinski e Moser (2012), as famílias têm sido conceituadas por suas variáveis funções, se submetendo a uma constante regulação do Estado. As políticas públicas se tornam um exemplificador desta regulação de funções, funções estas “políticas, econômicas, de proteção social, reprodução biológica ou cultural” (GELINSKI; MOSER, 2012, p. 130).

Com bases nestas funções, as políticas se tornam um meio para que as famílias assumam uma parcela considerável de responsabilização social, responsabilização esta omissa pelo Estado, contornando segundo Teixeira (2015), a ideia de que a questão social e as “saídas das crises são responsabilidades de todos”, cabendo a família assumir a centralidade de autores da proteção social, reiteradas como “objeto, sujeitos e instrumentos das políticas públicas” (TEIXEIRA, 2015, p. 211).

Assim, a família mantém sua concepção e centralidade acentuada na provisão de bem-estar, esta atribuição, resultou da recessão do Estado em colocar em prática o desenvolvimento do guarnecimento social, demarcada por projetos neoliberais de repassar tal responsabilização para o envolvimento do mercado e terceiro setor. A responsabilização reiterada às famílias é motivada pelas próprias políticas públicas “ou pela ausência destas na cobertura de serviços de apoio a família” (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2012, p. 209).

Estas menções de responsabilização na proteção social podem ser analisadas mediante as políticas de Assistência Social e Saúde. Segundo Gelinski e Moser (2012), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) compreende a dimensão familiar como “rede de cuidados” e como “elemento chave na superação da focalização das políticas públicas”(GELINSKI; MOSER,2012, p.132–133). É possível frisar que esta política, de acordo com Teixeira (2015), não se compete a rede ou ações de cuidados aos grupos familiares, mas que almeja através de suas intervenções e atividades, o despertamento de sustentar a ideia de que as famílias, prioritariamente devem exercer suas funcionalidades quanto a proteção social.

Já na política de saúde, os grupos familiares são conceituados também pela rede de cuidados, e como elementos fundamentais para a definição de direitos e responsabilidades, ou recursos e deveres. Compreende-se que a família é o personagem principal para as ações tomadas pelo campo da saúde, “seja na promoção da saúde, na prevenção ou na cura” (GELINSKI;MOSER, 2012, p. 133).

Na Constituição Federal de 1988, prescrita no artigo 226, a família é definida e declarada como a “base da sociedade” sendo instituída também como “proteção do Estado”. Para Gelinski e Moser (2012), se torna perceptível na carta constitucional à inclusão do conceito de família estereotipada pelos padrões tradicionais, ausentando assim, a inclusão de famílias que fogem do tripé pai, mãe e filhos.

Este apontamento é caracterizado pela tendência do familismo, que reafirma a ideia de um modelo tradicional, instituindo o homem como principal provedor da casa e o papel da mulher restringindo pelos cuidados dos filhos. A partir desta abordagem, Miotto (2008, p. 140) conceitua o caráter familista como fortalecedor das divisões desses papéis tradicionais, sua análise é referenciada por Parella (2001), apontando que:

As políticas familiares, de caráter familista, tendem também a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica e condicionar a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso se traduz numa presença ‘secundária’ da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade,

salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam com o alto custo emocional (MIOTO, 2008, p. 140).

O familismo reproduz vigorosamente as desigualdades de gênero, segundo Palier (2010), este caráter pode ser compreendido nos programas de transferências de renda, como o Programa Bolsa Família, cabendo especialmente a participação das mulheres em efetivar a administração de cuidados e assistência aos seus dependentes familiares.

De acordo com Campos e Teixeira (2010), as desigualdades fomentadas entre as relações de gênero, norteiam tanto as políticas sociais, como sistema do mercado de trabalho e a própria formação familiar predominante, articulando as várias instancias para tal concretização.

O caráter familista segundo Teixeira (2015, p. 219), também permite reforçar a ideia de família, como “provedora de bem-estar”, essa caracterização, permite a abrangência de responsabilização por parte de seus membros na proteção social. A provisão social acontece pela segregação de benefícios sociais, “pelos condicionalidades que enfatizam os cuidados no âmbito doméstico, numa reafirmação de papéis tradicionais que sobrecarregam as mulheres”. De acordo com a autora, quanto mais é reafirmado a ideia de fortalecimento deste modelo tradicional, com menor intensidade a equivalência de gênero é possibilitada e mais “geram sofrimentos, culpabilizações, sentimento de impotência, conflitos e até rupturas” (TEIXEIRA, 2015, p. 220).

Com tais limitações, se desenvolvem a ausência de capacidade de enfrentar as transformações familiares que emergem, ocasionando uma parcela elevada de responsabilização quanto a proteção social, que sobrepesa o papel da mulher à “medida que a mesma além da inserção no mercado de trabalho, deve dar conta das tarefas domésticas e dos cuidados dos membros mais fragilizados, sem o devido suporte público” (CASTILHO;CARLOTO, 2010, p. 20).

A ausência de investimento social, afeta os principais alvos das políticas sociais, como as mulheres, produzindo dependência dos recursos advindos pelos benefícios, gerando falta de suporte a essa responsabilização assumida pelas mulheres. Portanto, deve-se proceder “antes de se esgotarem as possibilidades de suporte na família, potencializar a vida familiar oferecendo serviços para que esta possa conciliar trabalho e responsabilidades familiares, são desafios dessa nova geração de políticas” (CRONEMBERGER;TEIXEIRA, 2012, p. 210).

A inexistência desse investimento é parte determinante das peculiaridades dispostas pelo familismo, engendrado no sistema das políticas sociais. De acordo com Cronemberger e Teixeira (2012, p. 211), a Previdência Social é uma exemplificação destes

fatores que vem se dirigindo na contemporaneidade, encobrando “os riscos sociais advindos da sociedade”, é de fato a ausência de proteção e cobertura do Estado, para a população não incluída nas categorias de benefícios, camuflando os riscos sociais de trabalhadores informais.

A política de Previdência Social elegia e destinava seus benefícios, segundo Cronemberger e Teixeira (2012, p. 211) ao “homem provedor, à mulher e aos filhos, na condição de dependentes, deixando-os em situação crítica quando ocorriam separações”. As mulheres em condição de não trabalhadoras assalariadas eram excluídas de benefícios que ofertassem suporte para tais condições, se refletindo nos dias atuais. Para tanto, esta modalidade do não provimento social às famílias, vem decorrendo na contemporaneidade das famílias brasileiras. Com base nessa percepção, a política de Assistência Social, se manteve factualmente voltada aos trabalhadores informais, priorizando em sua gênese prestações assistencialistas e clientelistas, focados nas atenções emergenciais e na ausência das continuidades de recursos e serviços prestados por esta política.

A interrupção deste modelo ocorreu com a instituição da Constituição Federal de 1988 e a formação do tripé Assistência, Saúde e Previdência. Porém é relevante ressaltar que a continuidade desta ausência de provimento social às famílias ainda são incontestáveis na contemporaneidade, conseqüentemente ocasionando também a reprodução das “desigualdades sociais e de gênero, posto que o mercado atende somente ao que podem comprar os serviços, e a família sobrecarrega as mulheres com o trabalho não pago, nos cuidados e afazeres domésticos e o Estado discrimina negativamente os mais pobres”(CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2012, p. 213).

Segundo Lima (2006, p. 64), o Estado permite com que as famílias fiquem a “mercê de seus próprios recursos”, contraposto a isso, há uma criação de leis e normas em função das famílias, instituindo composições e medidas de intervenções nos seios familiares contestado pela ausência do provimento de bem-estar social. A intervenção é praticada de forma controladora sobre as organizações familiares, por meio de legislações e regulamentos que preconizem o controle social, incoerente, no entanto, com os projetos estatais.

Com base nesses fatores, a família se encontra como instituição em processos recorrentes de transformação, conceituar esta instituição, é se reiterar uma complexidade de fatores permeados na realidade social, suas formas e organizações se constroem nesta base visando à totalidade das alterações e transformações sofridas na sociedade. Refletir tais modificações permite acentuar novos arranjos familiares advindos deste contexto da realidade social, contexto este, histórico e social dos acontecimentos estabelecidos e engendrados nas relações dos grupos familiares.

As organizações familiares iram depender “dos movimentos societários pelos quais foram afetadas, das interações estabelecidas pelos seus membros e, principalmente, pelos aspectos culturais do lugar onde estão e pelas condições econômicas que possuem” (MORAES, 2009, p. 33). Para tanto, a análise do referido trabalho terá como foco a organização das famílias de monoparentalidade feminina, , visando os aspectos e o contexto histórico de suas condições da realidade vivenciada.

2.2 Famílias de monoparentalidade feminina

A origem da terminologia empregada para conceituar as organizações familiares formadas pela ausência do conjugue e pela centralidade no cuidado de um ou mais filhos, foi expressado primeiramente na França, como famílias monoparentais. Segundo Bhering e Fontes (2015), a presente terminologia foi apontada em 1981, com base em um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE), que possui o objetivo de analisar respectivas informações sobre a sociedade francesa, permeando suas economias e divulgando indicadores que contribuem com os dados qualitativos e quantitativos, como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatísticas (IBGE).

As famílias monoparentais é um arranjo familiar que sempre esteve presente na sociedade. De acordo com Santos e Santos (2009, p. 8), “sempre existiram pessoas que criaram e educaram seus filhos sozinhos, no entanto, a partir dos anos 60, ocorreu um aumento considerável de divórcios e este tipo de família saltou aos olhos da sociedade”. As constantes transformações demográficas e consequentemente socioeconômicas desenvolvidas pelo processo de industrialização na sociedade capitalista provocaram segundo Oliveira, Miranda-Ribeiro e Longo (2010, p. 2), “o enfraquecimento do modelo de família conjugal e para a emergência de novos arranjos conjugais e familiares a partir da segunda metade do século XX”.

Algumas modificações se tornaram perceptíveis, relativo às organizações familiares, dentre estas modificações, pode-se destacar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a diminuição da natalidade, o aumento de capacitação e qualificação das mulheres em relação a escolaridade, “o crescimento do número de divórcios, das uniões consensuais, dos nascimentos fora do casamento, o aumento da idade média ao casar” (OLIVEIRA; MIRANDA-RIBEIRO; LONGO, 2010, p. 2). Os presentes impactos intervirão fortemente nas organizações familiares, principalmente na ótica entre família e gênero.

Segundo Costa e Marra (2013, p. 142), se comparado o Censo de 1872, com o de 1996, focalizando as famílias brasileiras neste período, houve uma estimativa do primeiro Censo de “aproximadamente 30% das mulheres (de 35 a 59 anos)”, como principais responsáveis, administrando os domicílios e mantendo suas famílias.

A formação e construção de novos arranjos familiares deram lugar ao crescimento das famílias monoparentais femininas, indicando um segmento justificado e formado “em sua maioria por viúvas, solteiras ou mulheres que abandonam ou foram abandonadas pelos seus companheiros e que cuidem de seus filhos com a ajuda ou não de parentes”(OLIVEIRA;MIRANDA-RIBEIRO; LONGO, 2010, p. 12). Portanto, suas funções são definidas por conotações variáveis.

É notório que as relações presentes na sociedade não se convertem exclusivamente ao modelo das famílias nucleares. Com base na Constituição Federal de 1988, prorrogado no parágrafo 4º do artigo 226, as famílias de monoparentalidade feminina são compreendidas como entidade familiar, ou seja, “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988). As famílias monoparentais femininas possuem uma proporção em comum, a relação entre mães e filhos, constando os filhos como principais dependentes desta relação.

Ressalta-se que o peso carregado pela terminologia chefia, remete a um fator tradicionalista e “aos valores machistas, pois sempre coube ao homem a chefia” (COSTA; MARRA, 2013, p. 147). Mediante as circunstâncias construídas historicamente, o autoritarismo e a responsabilização permeiam não somente o âmbito familiar, como os espaços públicos.

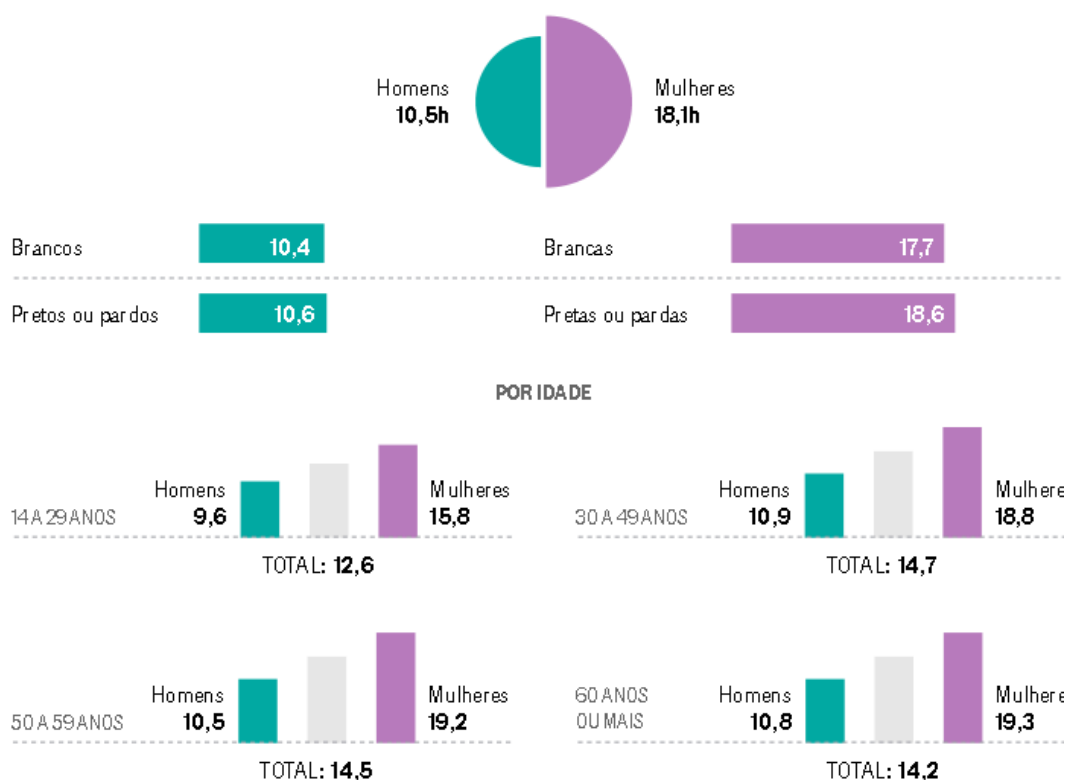
As mulheres remetidas como principais responsáveis, tendem a se adaptar as novas circunstâncias, assumindo responsabilizações no espaço doméstico, como a adaptação às regras tradicionalistas “de códigos morais perversos, que delegam aos homens essa capacidade e a atitude” por serem considerados e nomeados chefes de família. Estas questões submetem a pensar o preconceito, como gerador de desmoralização das mulheres e a carga de uma família com ausência de autoridade^{2, b}

A respectiva adaptação às novas circunstâncias associadas ao papel da mulher, podem ser analisadas pelo quantitativo de horas desempenhadas tanto no âmbito doméstico, como no âmbito profissional. O IBGE, atualizado em 2018, divulgou informações

² Uma exemplificação deste preconceito como gerador de desmoralização, foi visível no discurso do general Hamilton Mourão, vice presidente de Jair Bolsonaro (PSL). Seu discurso foi permeado pelas críticas as organizações familiares formadas por famílias monoparentais chefiadas por mulheres, explicitando em suas declarações que os lares chefiados por mulheres (vós ou mães) são “fábricas de desajustados”, denominando seu discurso pela “constatação”. Está repercussão e reprodução de preconceito sobre a imagem da mulher delineada pela ausência de autoridade, ocorreu no dia 17.09.2018, demonstrando que o preconceito sobre a capacidade de chefia da mulher, ainda são questões presentes na atual sociedade brasileira.

demográficas e socioeconômicas demonstrando indicadores sociais de gênero, acerca das mulheres no Brasil (IBGE, 2016). A elaboração deste estudo, foi propiciado com a parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres, efetivado em 2014. A partir dos resultados é possível analisar, a média de horas semanais dedicadas ao cuidado de pessoa e/ou afazeres domésticos, demonstrando a desigualdade de gênero nas atribuições do trabalho doméstico, apresentada pelo gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 — Média de horas semanais dedicadas ao cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos



Fonte: IBGE (2016).

Os dados obtidos pelo IBGE em 2016 indicam a participação diferenciada entre os sexos, nas atividades socioeconômicas e produtivas que se reiteram ao acesso e busca de recursos. Os dados coletados dão visibilidade ao trabalho não remunerado exercido pelas mulheres, compreendendo uma porcentagem segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 73% de horas dedicadas a mais que os homens, em relação aos cuidados dos afazeres domésticos, como aos seus membros dependentes. O gráfico apresenta esta porcentagem embasando as horas semanais sendo de 18,1 horas para as mulheres e 10,5 horas para os homens.

Essa contabilização é remetida no Brasil, recortando também por cor ou raça, indicando que as mulheres pretas ou pardas, são as que mais dedicam seu tempo aos cuidados

do âmbito doméstico, totalizando 18,6 horas semanais de seu período somente aos cuidados. Em relação aos homens, se torna minimamente variável quando distinguidos pelo mesmo segmento (cor ou raça), demonstrando 10,6 horas semanais.

Com relação aos indicadores por idade, as mulheres dos 14 a 60 anos ou mais, são atribuídas aos cuidados do âmbito doméstico a mais que os homens, analisando que grande parte do período vivenciado por elas se remete a dedicação da casa. Revela-se que a partir dos 14 anos, essa atribuição já é destinada as mulheres, concluindo que qualquer grupo por idade representado no gráfico, demonstra as mesmas como principais encarregadas das respectivas atividades.

Outro indicador demonstrado pelo IBGE (2016, p. 38) é o indicador de proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial por sexo, evidenciando uma parcela elevada de mulheres que exercem uma carga horária de trabalho parcial”, de até 30 horas, quando comparado com os homens”. A carga horária é um dos fatores que demonstram a existência da divisão sexual de trabalho, o gráfico a seguir produzido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, apresenta a elevada inserção de mulheres no campo do trabalho com cargas horárias parciais:

GRÁFICO 2 — Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial por sexo (%)



Fonte: IBGE (2016).

Os dados levantados pelo IBGE foram distribuídos por regiões que compõem o Brasil. Nas regiões Norte e Nordeste verificam-se uma maior ocupação de mulheres no mercado de trabalho com carga horária parcial. Em relação aos indicadores de cor e raça, se torna notória a existência da desigualdade de gênero, apresentada pela divisão sexual de trabalho, indicando a menor porcentagem para as mulheres consideradas pretas ou pardas.

Os dados evidenciados em 2016 dão recorte à distinção de mulheres pretas ou pardas, sendo incluídas nas estatísticas como as que mais ocupam o tempo parcial de trabalho. De acordo com o IBGE (2016, p. 4), 31,3% das mulheres pretas ou pardas se inserem nesse fator, enquanto 25,0% são ocupadas pelas mulheres brancas. Para demonstrar as desigualdades presentes no âmbito do mercado de trabalho, por ocupação de tempo parcial, o IBGE indica que os homens brancos ocupam um valor percentual de 11,9%, e 16,0% são ocupados por homens considerados pretos ou pardos.

As mulheres que se inserem ao mercado de trabalho, tendem a buscar e priorizar a redução de carga horária, para efetivar a conciliação de seu tempo com os afazeres domésticos e cuidados. Essa persistência da visibilidade, principalmente, nos arranjos familiares monoparentais femininos, ocasionando uma limitação financeira e uma limitação na conciliação do tempo. De acordo com Costa e Marra (2013), a circunstância associada ao papel da mulher e de mãe, compreende a responsabilização assumida pelos cuidados dos filhos como uma:

Imposição da ordem natural pode limitar as oportunidades de construção de outros aspectos identitários. As consequências possíveis diante dessa limitação são: muitas dessas mulheres não insistem em relações conjugais ou trabalham apenas para sobrevivência e não como uma possibilidade de realização pessoal (COSTA; MARRA, 2013, p. 14).

Tal limitação associada às mulheres consideradas principais responsáveis na família, desenvolvem um sentimento de culpabilização em relação às atividades desempenhadas diariamente, entre ser profissional e responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Esta sobrecarga ocupada pelas mulheres em tempo integral, expressa um acúmulo de funções a serem exercidas, gerando incapacidade e insuficiência para almejar as realizações pessoais.

Com base nos levantamentos realizados e demonstrados pelo IBGE, os indicadores apresentados pela média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, como o indicador da proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, permite uma conciliação entre as somas de fatores que afetam a vida das mulheres,

expressada também pela desigualdade de gênero, presentes nas estatísticas, mas principalmente no duro cotidiano de milhares de mulheres na sociedade brasileira.

3 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS INSERIDAS NO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS FILANTRÓPICOS (PCBE) DO COLÉGIO ELISA ANDREOLI

Com base nos dados obtidos através das falas das famílias monoparentais do sexo feminino, disponibilizada pelo roteiro inserido na execução do projeto de intervenção, propõe-se analisar as dificuldades apresentadas pelas famílias monoparentais femininas, como suas compreensões da nomenclatura “empoderamento” empregado nos setores da sociedade.

3.1 Procedimentos metodológicos para análise dos dados coletados

Para a construção do método de pesquisa, o estudo empreendido se desempenhará pela pesquisa qualitativa, interpretando a realidade apresentada pelas mulheres tidas como principais responsáveis pela família, e demonstrando a riqueza de informações instituídas através das falas levantadas pelas famílias de monoparentalidade feminina.

O projeto de intervenção se tornou um componente fundamental para o embasamento do objeto de estudo pretendido, onde se buscou contribuir e intervir para a definição e elaboração de uma ação estratégica, a fim de buscar possibilidades de superação para a condição de fragilidade e desigualdade social das mulheres chefes de família inseridas no PCBE, efetivando uma “organização sistemática das ações técnico-profissionais e ética-política em resposta às expressões da questão social com as quais se defronta o Assistente Social no exercício da profissão”(BEHRING, 2001, p. 47).

Através destas elaborações estratégicas, obtendo a finalidade de acompanhar estas famílias beneficiárias do programa, se buscou aproximar estas mães ao exercício do “empoderamento”, orientando e contribuindo para a compreensão e preconização dos direitos sociais e a importância da luta pela autonomia. Esta ação foi propiciada pela constante articulação e apropriação de um conjunto de referências teórico-metodológicos e técnicas-operativas adotadas nesta constante interligação do campo de estágio com a disciplina de supervisão acadêmica, para processo de análise das demandas da realidade institucional.

Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa, foram analisados instrumentos documentais viabilizados pela proposta do projeto de intervenção, materializada através de uma Roda de Conversa e duas Oficinas Temáticas. O primeiro encontro efetivado pela Roda de Conversa manteve o objetivo de identificar as demandas e dificuldades deparadas no cotidiano familiar, profissional, social entre outras variáveis, refletindo também, sobre a

realidade do papel social assumido pelas famílias monoparentais femininas. Com base no levantamento efetuado na ficha de cadastro socioeconômico das famílias beneficiárias, se contabilizou 38 famílias de monoparentalidade feminina, representando 27% de mulheres como principais responsáveis pela família, inseridas como beneficiárias do PCBE. A partir deste levantamento, utilizado como procedimento para coletar as informações e dados destes sujeitos, o Serviço Social da instituição, entrou em contato com estas famílias para entregar presencialmente os convites do primeiro encontro e elucidar sobre o projeto Empodera! Mulheres Chefes de Família, deixando aberto, para sugestões.

No primeiro encontro, foram apresentados os respectivos objetivos e procedimentos metodológicos pretendidos pelo projeto de intervenção, oportunizando uma abertura para a construção conjunta das próximas oficinas temáticas. Em seguida a fim, de cumprir os respectivos objetivos pretendidos, foram inseridas duas questões em forma de roteiro, para identificar as demandas e dificuldades retratadas pelas famílias monoparentais do sexo feminino do PCBE. Com este pressuposto, a pesquisa teve como enfoque as manifestações destas famílias, sistematizadas e fundamentadas pela pesquisa documental para a constituição da análise de dados.

Os relatos foram analisados ressaltando a vastidão das terminologias empregadas pelas mulheres, segundo Bondía (2002, p. 21), as palavras dão “sentido ao que somos e ao que nos acontece”, as palavras instituem sentidos e “criam realidades”. A partir deste pressuposto, as argumentações descritas serão analisadas em sua totalidade, averiguando acautelamento as nomenclaturas empregadas nos relatos das famílias de monoparentalidade feminina, expressando suas responsabilizações e as presenças das relações de gênero, que dão visibilidade no mercado de trabalho e na própria organização doméstica dos sujeitos apresentados.

Considerando e ponderando a temática adotada pelo Projeto de Intervenção: Empodera! Mulheres Chefes de Família, o roteiro aplicado proporcionou um norteamento para a identificação de suas demandas. As questões envolverão dois eixos centrais: 1- Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto? E o questionamento 2- Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema? Considerando e delineando as questões desenvolvidas acerca da temática pretendida, a presente pesquisa se obterá pelo procedimento metodológico da coleta de relatos elaborado por 10 mulheres, participantes do primeiro encontro realizado e proposto pelo projeto de intervenção.

O respectivo roteiro permitiu a identificação de suas manifestações apresentadas pelo componente de suas falas, retratando seus múltiplos desafios, os problemas cotidianos em que se submetem as famílias de monoparentalidade feminina, expressando questões marcantes de fatores que submetem as desigualdades sociais e as constantes relações de gênero.

3.2 Análise dos relatos manifestados pelas famílias de monoparentalidade feminina

As famílias serão representadas por letras, estruturadas pela organização da ordem alfabética, que não se reiteram ou coincidem com a letra inicial dos seus nomes. Para tal entendimento, o quadro formulado a seguir apresentará de forma esquematizada o retrato das falas das mulheres obtidas pela organização de família monoparental, como os questionamentos empregados para o procedimento de análise e compreensão do contexto da realidade destas mulheres.

TABELA 1—Descrição retratada pelas famílias monoparentais femininas

(continua)

Participantes	Questão 1-Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?	Questão 2-Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?
(A)	<i>“Este tema basicamente é nossa luta da lei da sobrevivência, respeito, igualdade, e de todas as formas de direito e deveres!”.</i>	<i>“Vejo ao meu ponto de vista e experiências e vivências que somos frágeis sem muitos recursos e direitos de liberdade e expressões não correspondidas e aceitáveis como no mercado de trabalho, muitas vezes dentro do próprio lar. Como muitas vezes, lidando com pessoas arrogantes, insensíveis e muitas vezes acatada verbalmente ou até mesmo fisicamente”.</i>

TABELA 1 — Descrição retratada pelas famílias monoparentais femininas

(continuação)

(B)	<i>“Empodera, para mim significa o poder pleno que a mulher tem na família, a capacidade que temos de fazer várias funções e tarefas diárias, e conseguir resolver muitas dificuldades”.</i>	<i>“A mulher nos dias de hoje ainda sofre muito preconceito no mercado de trabalho, com relação a parte financeira”.</i>
(C)	<i>“Me sinto muito orgulhosa e muito auto-suficiente por Deus ter dado a mim, este poder, poder este de ser responsável, chefe de uma família, poder de preparar, educar, ensinar o caminho da vida para meus filhos, ensinando-os a trilhar no caminho do bem”.</i>	<i>“As minhas maiores dificuldades está relacionado, ao fato de ter que resolver tudo sozinha, as responsabilidades do dia a dia, questão financeira, sempre buscando em pesquisas preços menores para não passar necessidade, o corre do dia a dia. No mais busco sempre uma força interior uma luz em Deus para sempre dar conta do recado. Sou muito feliz com a minha família!”.</i>
(D)	<i>“Para mim chefe de família é quem comanda a família no caso a mulher que vive com os filhos que cuida, educa, alimenta, etc.”.</i>	<i>“Conciliar o serviço com tempo para minha família, trabalho o dia inteiro”.</i>
(E)	<i>“Sei que as famílias atuais estão mudando. O conceito família não é mais o mesmo. Hoje temos várias formas distintas”.</i>	<i>“Mulher tem desigualdade na renda comparando com homens. Sofre preconceito ainda por ser divorciada. Ter que ser forte mesmo nos nossos dias mais sensíveis”.</i>
(F)	<i>“De início é difícil esclarecer pois o tema envolve nosso cotidiano nada fácil. Talvez nos leva para um mundo totalmente desconhecido”.</i>	<i>“Dificuldades – não sou desinibida, problemas – trajeto pois já o faço muitas vezes, desafios – vencer o cansaço, incompreensões – lidar com a filha adolescente, pois já tive muito tarde a gravidez, fico perdida!”</i>

TABELA 1 — Descrição retratada pelas famílias monoparentais femininas

(continuação)

Participantes	Questão 1-Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?	Questão 2-Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?
(G)	<i>“É a mulher ocupando o seu espaço na sociedade. Seja como responsável financeira pela casa, como educadora dos filhos, como profissional em seu trabalho ou até mesmo como pessoa atuante em sua comunidade”.</i>	<i>“Falta de credibilidade de alguns setores da sociedade, que não valorizam ou até mesmo desqualificam a mulher que vai à luta e ocupa todos os espaços com autonomia. Ainda existe a cobrança de que a mulher precisa de um parceiro para “sobreviver”, algumas empresas que pagam uma profissional mulher com um salário inferior a um homem com a mesma qualificação e até filhos que não respeitam suas mães em função de sua delicadeza no agir”.</i>
(H)	<i>“Ser mulher muitas vezes é ser tudo. Mãe, amiga, empregada, mecânica e buscar forças todos os dias para conseguir desempenhar todas essas funções e o mais difícil sempre com amor e com um sorriso no rosto e mesmo quando acha que vai pirar com tantas responsabilidades consegue chegar no final do dia com o dever cumprido e cá dura na cama para o outro dia ter disposição para começar tudo de novo”.</i>	<i>“Eu sou mãe solteira e tenho três filhos e não vejo que tenha empecilhos apesar de ser uma luta todos os dias, mas tenho que fazer todos os papéis pois só tem eu para tudo”</i>
(I)	<i>“Excelente este Projeto, pois nós precisamos que reconheçam o quanto é difícil estar sozinhas para ter tanta responsabilidade sobre os filhos”.</i>	<i>“Eu como sou sozinha tenho dificuldade em saber até que ponto devo exigir as coisas do diadía de minha filha, acho que cobro muito dela nos afazeres do diadía. Até que ponto devo proibir dela sair com amigas”.</i>

TABELA 1 — Descrição retratada pelas famílias monoparentais femininas

(conclusão)

(J)	<i>“Reconhecer o poder que a mulher tem sobre a família”.</i>	<i>“Atualmente e mulher é muito cobrada sobre tudo, ela tem que trabalhar para cuidar de filhos, educá-los e ainda cuidar das coisas da casa em alguns casos. Existe uma cobrança de que a mulher tem que priorizar tudo e todos e quando ela decide tirar um tempo para se priorizar em alguns momentos é condenada por isso. Infelizmente vivemos em uma sociedade machista que acredita que tudo é obrigação somente da mulher”.</i>
-----	---	---

Fonte: a autora (2018).

Os relatos demonstram as relações e ideologias de gênero, que de acordo com Scott (1995, p. 14), se torna “um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Esta relação de poder se torna perceptível na fala da Mulher (A)

Questão 1: *“Este tema basicamente é nossa luta da lei da sobrevivência, respeito, igualdade, e de todas as formas de direito e deveres!”.*

Questão 2: *“Vejo ao meu ponto de vista e experiências e vivências que somos frágeis sem muitos recursos e direitos de liberdade e expressões não correspondidas e aceitáveis como no mercado de trabalho, muitas vezes dentro do próprio lar. Como muitas vezes, lidando com pessoas arrogantes, insensíveis e muitas vezes acatada verbalmente ou até mesmo fisicamente”.*(A)

No relato de (A) o termo “empoderamento” adquiriu dois significados determinantes, a luta constituinte pela dimensão crítica à sua realidade vivenciada, como os níveis de subordinação na qual se encontra, subordinação está, presente no cotidiano das mulheres. A nomenclatura utilizada na fala é expressada pelo pronome “nosso”, incluindo como sujeito deste processo de luta as próprias mulheres.

A luta da lei de sobrevivência significa e remete a uma concepção de disputa dos indivíduos eleitos da mesma espécie, sendo assim, os mais aptos sobrevivem caracterizados pela disputa de mecanismos que favoreçam tal condição. No entanto, a lei de sobrevivência tencionada no relato, inclui outra concepção, a concepção adquirida aqui, para tal terminologia, ganha dupla conotação “na” e “contra” a lei da sobrevivência. A luta é reiterada

como constituinte de situá-la como sujeito capaz de garantir sua sobrevivência no confronto. Inconsciente ou não, é a lei, isto é, os mecanismos que a enfraquecem, que a subordinam, que lhes inferiorizam no jogo dos mais fortes que é colocada em questão.

Mais precisamente na Questão 2, (A) revela justamente estes mecanismos, esboçando a fragilidade como efeito de negação de recursos e de direitos efetivos as mulheres, ressaltando também e tornando perceptíveis indícios de representações da violência de gênero, produzida pela constante relação de poder, permeada e significada pelas diferenciações perceptíveis de gênero. Segundo Lisboa (2007, p. 3), “quando a ordem masculina se sente ameaçada a violência aparece como um mecanismo que tem poder de manter a ordem estabelecida”. A determinação dessa ordem permite com que seja imposta certa posição de papéis a serem cumpridos, pré-determinando a distribuição de responsabilidades e restringindo o “direito de liberdade” como elucida (A) no seu relato. As distribuições de papéis e de responsabilidades se consolidam “segundo hierarquias baseadas em fatores como sexo e idade dos membros, atribuindo ao homem e aos de maior idade maiores poderes e prerrogativas no interior do grupo doméstico” (MACEDO, 2008, p. 392).

A realidade das famílias monoparentais femininas é marcada pelo aumento das responsabilidades assumidas no cotidiano, tornando perceptível segundo Macedo (2008), uma constante “sobrecarga” ocasionada pela crescente inserção das mulheres como trabalhadoras assalariadas e como principais provedoras da família, se instituindo chefes de famílias, o que nos remete destacar “o ser profissional e dona- de- casa implica não apenas dupla jornada, mas também sobreposição de jornadas” (SCOTT, 1995, p. 81).

Ao assumirem estas responsabilidades, conseqüentemente, se tornou notório nos relatos das mulheres de famílias monoparentais, os delineamentos de suas representações ao colocarem às suas preocupações e necessidades em relação aos cuidados dos seus filhos como coincidem ao se manifestarem as mulheres (D), (F) e (H).

Questão 1: *“Para mim chefe de família é quem comanda a família no caso a mulher que vive com os filhos que cuida, educa, alimenta, etc.”.*

Questão 2: *“Conciliar o serviço com tempo para minha família, trabalho o dia inteiro”.*(D)

No relato de (D), a ideia de chefiar e comandar a família ganha uma conotação diferente de sua conceituação permeado pela liderança, dominação e controle. A expressão “comandar” é vinculada à prática do cuidado, remetendo ao próprio ato de encarregar-se as tarefas e cuidados dos filhos. A sobrecarga do trabalho consome uma parte significativa do tempo, de modo que compete à mulher a “conciliar” o tempo restante com a família. Com

base no dicionário de língua portuguesa contemporânea, mais precisamente segundo Dicio (CONCILIAR..., 2009), o termo “conciliar” no verbo transitivo direto é conceituado pelo modo de “alcançar certa condição”, condição está, empregada para denominar as dificuldades desde conciliação do trabalho com o tempo à família, conotando uma ausência harmônica de conciliação.

Questão 1: *“De início é difícil esclarecer pois o tema envolve nosso cotidiano nada fácil. Talvez nos leva para um mundo totalmente desconhecido”.*

Questão 2: *“Dificuldades – não sou desinibida, problemas – trajeto pois já o faço muitas vezes, desafios – vencer o cansaço, incompreensões – lidar com a filha adolescente, pois já tive muito tarde a gravidez, fico perdida!”(F)*

Na fala relatada por (F), é demonstrado que as atribuições deparadas no cotidiano impossibilitam as mulheres de reconhecerem as possibilidades de vislumbrarem outro cotidiano. As marcas desse outro cotidiano são intraduzíveis para (F), pois se trata de um “mundo totalmente desconhecido”. Assim, a conceituação de “empoderamento” é viabilizada por um universo totalmente desconhecido, tornando-se distante para esclarecer de fato sua definição, pois suas vivências permeiam “um cotidiano nada fácil”.

Questão 1: *“Ser mulher muitas vezes é ser tudo. Mãe, amiga, empregada, mecânica e buscar forças todos os dias para conseguir desempenhar todas essas funções e o mais difícil sempre com amor e com um sorriso no rosto e mesmo quando acha que vai pitar com tantas responsabilidades consegue chegar no final do dia com o dever cumprido e cá dura na cama para o outro dia ter disposição para começar tudo de novo”.*

Questão 2: *“Eu sou mãe solteira e tenho três filhos e não vejo que tenha empecilhos apesar de ser uma luta todos os dias, mas tenho que fazer todos os papéis pois só tem eu para tudo”.*(H)

(H) relata a definição de mulher, instituído por distintos papéis do que é “ser tudo”, preservando o estereótipo, ou de certa forma a imagem que ainda pesa sobre ela, de desempenhar suas funções com “amor”. Segundo Moreira (2013), o estereótipo desenvolve uma ideia errônea sobre os grupos sociais, pressupondo características que determinam seu lugar, como a falsa ideia de impor qual lugar as mulheres devem ocupar, designando funções através do caráter descritivo e prescritivo exemplificado pelo sentimento conceituado do que é ser mulher.

Outro ponto pode ser destacado, se evidencia a presença de uma rotina que testa as limitações da força, que beiram o insuportável, no entanto, existe também um sentimento de satisfação, obtido pela sensação de “dever cumprido” uma espécie de alento para recobrar a disposição e continuar a labuta no dia seguinte, tendo apenas a si mesma para suprir todas as atribuições, formando uma consciência amarga da solidão imposta pela sociedade ao

cumprimento da função materna. Este dispositivo é transcendido no relato, como culpa de não cumprir seus respectivos objetivos enquanto função materna.

O tamanho do peso de ser tudo gera consequentemente o sofrimento psíquico, sofrimento advindo e instituído pelas relações de gênero. De acordo com Zanello (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015, p. 239), o sofrimento “é constituído socialmente e moldado segundo os valores e ideias estereotipadas de gênero, havendo caminhos privilegiados de subjetivação para homens e mulheres”, tornando perceptível o adoecimento psíquico. Mediante este contexto, é importante retornar a discussão da conceituação de estereótipo, arraigada segundo o mesmo autor pela “desigualdade e a relação de poder hierárquica entre os gêneros”, titulando certa formulação de identidade.

A mulher (H) retrata com clareza o somatório de papéis que recaem sobre um único mesmo indivíduo, e ainda, a expectativa idílica de como esses papéis devem ser cumpridos, reforçando assim, um estigma de docilidade e amabilidade vinculadas e nomeadas até hoje às mulheres.

Ao mesmo tempo é expressado na fala, a pressão que se acomete à sua existência, concedendo como limite o sentimento de estar enlouquecendo. Mesmo inserida neste contexto, (H) demonstra a necessidade de se restabelecer para encarar o duro cotidiano que se apresenta no dia seguinte.

No segundo questionamento, ainda analisando os relatos de (H), há uma apreensão ambígua de sua realidade, verificando em seu cotidiano a ausência de empecilhos. Embora, ela expressa que a luta é diária para dar conta dos inúmeros papéis que a mesma exerce no cotidiano.

Os relatos apresentados pelas famílias monoparentais feminina (D), (F) e (H) evidenciam as múltiplas funções assumidos no cotidiano familiar, segundo Barroso e Bruschini (1981), há de considerar que:

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica [...] (BARROSO; BRUSCHINI, 1981, p.40).

Esta dupla responsabilidade demonstra a jornada de trabalho no cotidiano como obstáculo para desempenhar o tempo com a família de acordo com o relato da mulher (D), compreendendo o cansaço como principal desafio para esta questão, como aborda (F) e se submetendo a desempenhar várias funções como elucida (H), obtendo uma responsabilização

para assumir estas multiplicidades de papéis. Esta carga de incapacidade e restrições ocasiona uma culpabilidade por parte destas famílias, em suprir e relacionar a continuidade da condição socioeconômica com o cuidado familiar. Segundo Baliana (2013), as mulheres submetidas como principais responsáveis pela família, ao priorizar a jornada de trabalho “angustiam-se por considerarem que estão deixando de ser boas mães. Entende-se que muitas delas continuam sendo “regidas” pelo estereótipo de que a mulher realmente deve ser a principal responsável pela prole e pelos cuidados domésticos” (BALIANA, 2013, p. 39).

A articulação do mercado de trabalho com o trabalho doméstico nos permite compreender a existência de uma divisão, a divisão sexual do trabalho. Segundo Bruschini (2007), com esta divisão se manifestam as relações sociais de gênero, a divisão sexual do trabalho implica discutir a decorrência das desigualdades salariais de gênero no mercado de trabalho, sendo ele de caráter formal ou informal, ocasionados pela discriminação de gênero. A desigualdade salarial e a discriminação dentro do mercado de trabalho se tornam um dos fatores marcantes nas falas das famílias de monoparentalidade feminina, perceptíveis nos relatos das mulheres (B) e (E).

Questão 1: *“Empodera, para mim significa o poder pleno que a mulher tem na família, a capacidade que temos de fazer várias funções e tarefas diárias, e conseguir resolver muitas dificuldades”.*

Questão 2: *“A mulher nos dias de hoje ainda sofre muito preconceito no mercado de trabalho, com relação a parte financeira”.*(B)

A mulher (B) define Empodera, como a habilidade de alcançar e efetivar suas “tarefas”, destacando como conquista a resolução de suas dificuldades diárias. A dificuldade aqui, da visibilidade ao atributo daquilo que se desenvolve de forma contrária, e a ultrapassagem desta situação se remete a conceituação do que é o poder.

Em sua abordagem na Questão 2, a dificuldade retorna manifestada pela forma de preconceito, o sofrimento expressado pela nomenclatura “sofre” representa a amargura transcendida pela complexidade de enfrentar esta problemática do preconceito, fruto da discriminação e situado como fonte de desigualdade e refletido pelas relações de gênero instituído no mercado de trabalho, como na sociedade de modo geral.

Questão 1: *“Sei que as famílias atuais estão mudando. O conceito família não é mais o mesmo. Hoje temos várias formas distintas”.*

Questão 2: *“Mulher tem desigualdade na renda comparando com homens. Sofre preconceito ainda por ser divorciada. Ter que ser forte mesmo nos nossos dias mais sensíveis”.* (E)

No relato de (E), há uma consciência nas mudanças e transformações ocorridas nos arranjos familiares, visto pelo ponto de partida que as famílias de monoparentalidade

feminina estão inseridas nesta conceituação. Esta percepção pode ser notória pela existência do termo “várias formas” empregada por (E), se reiterando as múltiplas formas de organizações familiares presentes na sociedade atualmente.

Precisamente na Questão 2, o preconceito toma forma novamente como dificuldade apresentada pelas mulheres, para (E) este preconceito, se torna resultante da discriminação. Pode-se dizer que (B) e (E) coincidem ao relatar sobre desigualdade salarial presentes no mercado de trabalho e advinda pelos preconceitos sociais precursores da discriminação. De acordo com Silveira (2003):

Esses fatores se baseiam nas relações sociais de sexo e remetem à divisão dos papéis no seio da esfera familiar (acesso diferenciado à educação e à formação, repartição ‘desigual’ do trabalho doméstico, existência de um ‘salário familiar masculino’ que garante as despesas do lar e, inversamente, um salário feminino complementar) (SILVEIRA, 2003, p. 154).

Todavia, as famílias de monoparentalidade feminina, se apropriam de um elevado cargo de responsabilidade, provendo unicamente e economicamente sua família e se deparando com um nível maior de desvantagem. Castro (2011) justifica esta desvantagem, não pela ausência de um “provedor”, mas porque estas mulheres, antes exerceram o papel de conjugue (esposa) e não mantiveram o mesmo papel e direito que os homens casados e sós, ou mulheres sós, que investiram em suas carreiras, para obter uma boa condição socioeconômica de acordo regem as regras mercado de trabalho.

Nesta divisão de papéis segundo Mendes e Scott (2005), a desigualdade de gênero e a divisão sexual de trabalho são fatores apontados para o baixo perfil socioeconômico destes arranjos familiares. Com isto, a aquisição de recursos não se implica somente como única responsabilidade destas famílias, de acordo com Moraes (2009, p.66), há uma satisfação das “necessidades imediatas”. Para a contextualização deste pressuposto, (C) em seu relato expressa a questão financeira, como uma das dificuldades caracterizadas pela monoparentalidade feminina.

Questão 1: *“Me sinto muito orgulhosa e muito autossuficiente por Deus ter dado a mim, este poder, poder este de ser responsável, chefe de uma família, poder de preparar, educar, ensinar o caminho da vida para meus filhos, ensinando-os a trilhar no caminho do bem”.*

Questão 2: *“As minhas maiores dificuldades está relacionado, ao fato de ter que resolver tudo sozinha, as responsabilidades do dia a dia, questão financeira, sempre buscando em pesquisas preços menores para não passar necessidade, o corre corre do dia a dia. No mais busco sempre uma força interior uma luz em Deus para sempre dar conta do recado. Sou muito feliz com a minha família!”.*(C)

Neste relato, (C) compreende as responsabilidades assumidas em questão dos cuidados dos filhos e, principalmente, a educação e orientações ensinadas a eles. A educação

é expressa como fator de orgulho, de auto-reconhecimento positivo de si mesma, apesar de tomar como designação divina. Quer dizer, reconhecer que o lugar das mulheres submetidas pela responsabilização da família, é designado para assumir estas atribuições, apropriadas pelo ensino e educação dos respectivos filhos.

Neste contexto, o “empoderamento”, é relatado pelo poder de autonomia que tem sobre a educação e cuidados dos seus filhos. Existe uma auto-realização em suprir as necessidades dos mesmos, mantendo sua dedicação centrada na família, no entanto, ao situar suas dificuldades a “questão financeira” é expressada como um dos fatores de enfrentamento, o enfoque e a preocupação para satisfazer as necessidades imediatas, são caracterizados dentro dos arranjos familiares de monoparentalidade feminina, competindo “à mulher o papel criativo de estar constantemente recriando uma práxis cotidiana de satisfação das necessidades através de recursos escassos e descontínuos, hierarquizando gastos e transformando renda em consumo” (SOUZA; TAKASHIMA, 1998, p. 86).

Na questão 2, contemplando o relato da mulher (C), a solidão é tomada como a origem do peso das responsabilidades que recaem sobre a mulher, é expressada como fonte, onde advém todas as dificuldades que a mesma precisa enfrentar. A ausência de coresponsabilidade, seja aquela assumida pelo Estado na oferta de serviços sociais, seja aquela assumida por outrem, só reforça a responsabilização exclusiva que pesa sobre os ombros da mulher.

Há uma existência de luta diária deparada no âmbito familiar das mulheres, a intensificação desta luta é dada pela ausência do “provedor” masculino. Segundo Mendes e Scott (2005, p. 94–95), “Estar separada é estar no alvo de fofocas e discriminações nesse contexto social, como aponta diversos estudos na área de família em camadas pobres”, apontando a necessidade de um cônjuge para suprir esta necessidade. Expressando este apontamento, (G) relata em sua fala, a persistente cobrança de uma imagem masculina no âmbito familiar.

Questão 1: “É a mulher ocupando o seu espaço na sociedade. Seja como responsável financeira pela casa, como educadora dos filhos, como profissional em seu trabalho ou até mesmo como pessoa atuante em sua comunidade”.

Questão 2: “Falta de credibilidade de alguns setores da sociedade, que não valorizam ou até mesmo desqualificam a mulher que vai à luta e ocupa todos os espaços com autonomia. Ainda existe a cobrança de que a mulher precisa de um parceiro para “sobreviver”, algumas empresas que pagam uma profissional mulher com um salário inferior a um homem com a mesma qualificação e até filhos que não respeitam suas mães em função de sua delicadeza no agir”.(G)

A conceituação da terminologia “empoderamento” para (G), expressa ações ocupadas pelas mulheres, como o papel que as mesmas assumem na sociedade, seja como

profissional inserida no âmbito do mercado de trabalho, como provedora e “educadora dos filhos” ou como “pessoa atuante em sua comunidade”, permeando de fato o lugar em que as mulheres se inserem e ocupam no cotidiano.

Reiterando o segundo questionamento, a mulher (G) ressalta que este lugar ocupado pelas mulheres, ou até mesmo a luta que as mulheres enfrentam para ocupar tal lugar na sociedade de forma autônoma, não são reconhecidos pelos “setores da sociedade”, setores estes, que não reconhecem a igualdade entre homens e mulheres, praticando discriminações em seus regimentos, como a desigualdade salarial ou até mesmo o reconhecimento das mulheres como profissionais qualificadas para tal ocupação.

Ressalta-se também, a cobrança advinda pelos vários setores formados na sociedade, principalmente dentro da própria casa. A casa como espaço onde se dá um dos enfrentamentos de se reafirmar enquanto responsável de uma família, de reafirmar sua real ocupação enquanto mãe, estereotipada pela “delicadeza no agir”. A mulher (G) destaca outra cobrança, “a cobrança de que a mulher precisa de um parceiro para sobreviver”, de fato, pode ser visualizada que o papel da mulher, ainda é atribuído à submissão e à dependência aos homens. Esta idealização desqualifica o real papel da mulher na sociedade, considerando-a inútil se não houver a imagem de uma figura paterna no seio familiar, que possa “chefiar” e comandar a família. A cobrança referida aqui é presente em grande parte da sociedade advinda historicamente dos seios familiares, guardando um peso de uma tradição completamente machista e expressando a discriminação e incapacidade dos reais papéis assumidos pelas mulheres.

Para Carvalho (1988) ocorre ao contrário, o casamento é um indicativo que caracteriza maiores fatores de restrições para as mulheres, impedindo sua autonomia, com isto, a ausência da imagem masculina contribui para a construção da independência e autonomia destas mulheres. No entanto, deve-se ressaltar que ainda existe uma limitação quando se refere à expansão de autonomia destas mulheres, sendo também “associada às relações de obrigação moral representadas por uma rede de ajuda e dependência familiar” (MENDES; SCOTT, 2005. p. 76).

As dez mulheres que responderam o roteiro para a análise e fundamentação desta pesquisa, se manifestaram centralizando seus relatos nas responsabilidades e nas multiplicidades de papéis assumidas sozinhas, tanto para a busca de recurso, no que se remete ao sustento da família, como na educação e cuidado dos seus filhos. Com isto, se torna evidente que os arranjos familiares de monoparentalidade feminina “inclui não só a provisão

econômica da família, mas também as relações de poder que se processam no seu interior, apresentando-se via desigualdades e “empoderamento” (MENDES; SCOTT, 2005, p. 97).

Para maior aprofundamento e entendimento dos relatos expressados pelas famílias monoparentais femininas, será analisado suas falas percorrendo como ponto de partida o segundo questionamento. O segundo questionamento irá propiciar o levantamento de elementos para a compreensão da primeira questão abordada, possibilitando a apreensão da temática levantada pelo projeto de intervenção, sobre o objeto “empoderamento”, como o entendimento dos desafios cotidianos das famílias monoparentais do sexo feminino. A partir deste pressuposto, a análise e leitura será efetuada de modo horizontal, articulando as questões empregadas no roteiro.

Se obtendo da segunda questão como ponto de partida para tal análise, o relato da participante (A), expressa os desafios diários marcados pela ausência de direitos e limitações. A limitação é caracterizada, pela ausência de liberdade e pelas violências e preconceitos visíveis na sociedade, fundamentada e conceituada em sua fala, pela “luta da lei da sobrevivência”. O “empoderamento” para (A), é relatada pela busca diária de igualdade de direitos, sendo que, a busca destes fatores se torna uma luta constante, fazendo parte de sua sobrevivência, o enfrentamento diário para tal conquista.

A partir disto, a “luta da lei da sobrevivência” expressada pela participante (A), é conceituada como o enfrentamento dos desafios que refletem no cotidiano e ao mesmo tempo o distanciamento do “respeito, igualdade, e de todas as formas de direito e deveres”.

Considerando a fala da participante (B), verifica-se a existência do reconhecimento do preconceito atribuído ao papel da mulher no mercado de trabalho, representado pela desigualdade salarial. Esta questão é tomada como um dos desafios deparados no cotidiano das mulheres. Com tal problemática, o “empoderamento” é concedido como a capacidade de realização familiar, pelo poder completo de chefiar o âmbito doméstico e seus dependentes. O “poder pleno” expressado em seu relato da conceituação ao termo “empodera”, contradizendo com o âmbito do mercado de trabalho, lugar este, onde as mulheres são ausentes do poder de controlar as desigualdades que se refletem.

Na fala expressada pela mulher (C), encontrasse retratada a dificuldade de ser única responsável pelo provento de seus dependentes, buscando outros caminhos e formas de administrar seu âmbito familiar “para não passar necessidade”. A responsabilização que recai sobre ela, é reconhecida como um fator de enfrentamento, com isto, o “empoderamento”, é definido pela capacidade de conseguir administrar e ser responsável pelos seus dependentes,

apesar das dificuldades que se depara. O poder é expressado, como capacidade de ensinar, educar seus filhos, denominando este poder pelo ato de chefiar a família.

A participante (D) citou como dificuldade, a conciliação do trabalho com atenção a família. A conceituação adquirida para “chefe de família”, ganha conotação pelo ato de cuidar, comandar e decidir sobre a vida dos seus dependentes. Ao mesmo tempo, que há uma consciência sobre a dificuldade de conciliação entre família e trabalho, o “empoderamento”, é conceituado de forma tímida, como o poder de chefiar a família, caracterizando a chefia familiar pelo ato de responsabilização sobre seus dependentes.

Analisando a fala da mulher (E), verifica-se a visibilidade dada pela desigualdade salarial entre homens e mulheres. Além deste enfrentamento cotidiano, a participante relata o deparo com o preconceito relacionado á sua organização familiar, por exercer a responsabilidade familiar sozinha sem a imagem masculina. No entanto, (E) compreende que as organizações familiares percorrem por transformações e mudanças, apesar da presença visível do preconceito na sociedade.

A participante (E) dá menção dos problemas encarados diariamente, buscando superar o “cansaço” para permanecer forte diante as dificuldades que recaem sobre ela. Perante as dificuldades, incompreensões e desafios apresentados, a terminologia “empoderamento”, é empregada como uma temática desconhecida, encontrando-se ausente no cotidiano em que (E) vive, levando-a pela dificuldade de conceituar e “esclarecer” tal objeto. Sua fala se torna compreensível, quando se remetemos a ponderar a complexidade de expressar esta nomenclatura, na medida em que a mesma encontra-se ausente e distante de suas práticas e vivencias cotidianas.

Na fala da mulher (G), é perceptível a consciência apresentada sobre as formas de desigualdades presentes nos “setores da sociedade”, como a ausência de reconhecimento das mulheres que lutam diariamente para ocupar algum espaço. Além desta menção, é abordada a “cobrança” realizada sobre as mulheres que não possuem em seu âmbito doméstico, a presença da imagem masculina para chefiar a família, dando visibilidade o preconceito, que reproduz a desmoralização das mesmas.

A partir das respectivas questões relatadas, (G) aborda a definição de “empoderamento”, como o lugar em que as mulheres ocupam na sociedade, apesar da conscientização de luta que as mulheres percorrem para almejar tal conquista, o pouco espaço em que as mesmas ocupam é vista como forma de gratidão, seja “como responsável financeira pela casa, como educadora dos filhos, como profissional em seu trabalho ou até mesmo como pessoa atuante em sua comunidade”.

Com base no levantamento da mulher (H), a terminologia “luta” empregada em seu discurso, integra e envolve sua rotina, apresentando-se como uma dificuldade deparada em suas vivências do cotidiano.

A mulher (H) reconhece a dimensão de sua luta, no entanto, este peso que recai sobre ela é visto sob forma de obrigação e dever, pois a mesma assume as multi-responsabilizações atribuídas unicamente a ela. Este peso, de “desempenhar todas as funções” exige uma auto-cobrança da mulher (H), cobrança esta, remetida pelo “dever cumprido”.

Verifica-se que o “empoderamento”, é conceituado pela dimensão de luta enfrentada em seu dia-a-dia, obtendo a auto-cobrança e a obrigação de resolver tais questões que afligem sua vida, almejado pela “disposição para começar tudo de novo”.

Para a mulher (I), o “empoderamento” é definido pelas dificuldades deparadas em chefiar a própria organização familiar, citando as responsabilidades assumidas quanto à educação dos próprios filhos. (I), expõe a necessidade de reconhecerem a dificuldade assumida no cotidiano das mulheres, conceituado pela apropriação das responsabilidades diárias.

A partir da análise efetuada no relato da mulher (J), percebe-se o /reconhecimento obtido acerca do papel do que é ser mulher na sociedade, cobrança esta, direcionada a função da mulher no âmbito doméstico, de administrar a educação dos filhos, como os afazeres domésticos. Tal cobrança histórica, atribuído ao papel da mulher é identificado pelo machismo presente na sociedade.

Com base neste discurso, o “empoderamento” para (J) é “reconhecer o poder que a mulher tem sobre a família”, poder este, disposto unicamente a chefia familiar, no âmbito doméstico. Observa-se que a mulher (J), conceitua o poder atribuído a decisões e administrações no âmbito familiar, desconsiderando outras formas de poder que as mulheres não possuem na sociedade.

Com base na análise efetuada a partir das falas das famílias monoparentais femininas, foi viável constatar os entendimentos e colocações acerca da nomenclatura “empoderamento”. As respostas produzidas, dando ênfase a temática instituída pelo projeto de intervenção, foram reveladas de modo geral, sob forma de distanciamento em relação a realidade vivenciada pelas famílias de monoparentalidade feminina, tornando-se uma terminologia não concretizada em suas práticas diárias. Ao mesmo tempo, o “empoderamento” foi conceituado pela capacidade de enfrentar as várias dificuldades que recaem cotidianamente, expressados pelas desigualdades e pelas responsabilizações que as mulheres ocupam na sociedade.

É preciso ressaltar, que alguns argumentos descritos pelas mulheres participantes algumas vezes, aparentam incoerência com os questionamentos inseridos. Esse fato pode ser compreendido pela forma em que a realidade se apresenta para as participantes, se mostrando de forma fragmentada e desconecta, a partir disto, os argumentos que se desencontram refletem e espelham a realidade vivenciada pelas participantes. Acrescenta-se a isso a ambiguidade e polêmica em torno do termo “empoderamento”, pois o mesmo implica novas exigências solitárias ao enfrentamento dos problemas vividos pelas famílias monoparentais femininas.

4 EMPOWERMENT

O respectivo capítulo versará sobre a convergência instituída para a terminologia do “empoderamento” feminino, ressaltando a problemática e a complexidade de sua conceituação divulgada pelos setores organizacionais, como instrumento de reafirmação das desigualdades de gênero.

4.1 A mercadorização do poder

O empowerment é uma terminologia complexa, derivada do dialeto inglês, que traduzida para a língua portuguesa significa fortalecimento. Esta nomenclatura é utilizada também no universo organizacional das empresas como forma de liderança. Segundo Marques (2015), a expressão empregada pelas empresas, significa “a descentralização de poder”, este método possui como foco central transmitir as responsabilidades atribuída aos líderes de empresas para os empregados, objetivando aos empregados, o sentimento de capacidade de desenvolver novas técnicas de atribuições, como o desenvolvimento e participação de decisões para o crescimento da respectiva empresa.

A lógica apresentada tem como caráter central a lucratividade. Redimensionar os empregados do mercado de trabalho para as mesmas competências que os empregadores, produzem uma ideia artificial de obtenção do mesmo poder. O temo propagado origina uma abstração de apropriação de poder, estimulando os funcionários empregados a produzem com maior efetividade.

As empresas brasileiras também têm divulgado com maior frequência a perspectiva do “empoderamento”, no entanto, nos setores organizacionais brasileiros, estas terminologias instituem publicidades que empregam uma idealização de que a empresa representante do produto divulgado esteja em prol da igualdade de gênero. Esta manipulação de ideia tem seu foco centrado na comercialização e lucratividade dos produtos divulgados, tornando o poder como mercantil e instituindo como foco o incremento do consumo por parte das mulheres. O poder nas mídias é redimensionado como instrumento que se transmite, padronizando e reforçando de forma camuflada as desigualdades de gênero.

Fundamentando esta expressão pelo viés viabilizado e repercutido na prática profissional do Serviço Social, a presente perspectiva compreende as relações de poder, por meio de seu processo histórico. Pensar a questão do poder é pensar as problemáticas das relações de forças existentes enquanto fator que tem tomado repercussão nas práticas

profissionais dos Assistentes Sociais, “através dela que tanto os conflitos como a integração podem ser teórica e praticamente trabalhados” (FALEIROS, 1996, p 11).

Compreende-se que tal concepção deve ser pautada na intervenção profissional, pela compreensão dos processos de “fragilização e de opressão”, para a criação de mecanismos de fortalecimento e de “mudança de trajetória”. Com base nesta questão, não se trata somente de criar mecanismos para a defesa dos usuários mediante estes fatores, ou de “implementar habilidades” para se adequar as situações de desigualdades que afligem o cotidiano ou resolver tais problemáticas, mas sim, para a construção de alternativas que possam mudar a rota tomada pela opressão e pelas desigualdades estabelecidas.

Para a abordagem e compreensão da nomenclatura “empoderamento”, será necessário apreender o conceito de poder para a obtenção da noção deste objeto utilizado atualmente em concepções diversas, tanto na mídia, como nos mecanismos organizacionais e outros setores da sociedade, que á empregam como ferramenta de compartilhamento para a valorização do mercado e da lucratividade, por meio de sua apropriação como mecanismo de mercadoria.

A construção empregada para definir “mulher empoderada” deve ser problematizada, tal conceituação, traz tona e reafirma a posição desigual assumida pelas mulheres. Existe uma relação de poder, entre os que dominam e os que são dominados, a partir deste fator, as mulheres são ingressas em posições inferiores e desiguais, contraposto às posições que os homens assumem. Está ausência de posse de poder, traz à tona o “empoderamento” como objeto que idealiza a transferência de poder as mulheres. Compreende-se que tal nomenclatura, permite contestar as desigualdades estabelecidas entre as posições assumidas pelos papéis sexuais (homens e mulheres), conceituando o poder como transição.

As relações de poder envolvem e implicam forças de interesses, como forma de regular tais confrontos. Segundo Faleiros (1996, p. 12), o poder é um “modo de regulação dos conflitos pelas forças em presença, que adquire centralidade nessa perspectiva e não apenas uma visão polarizadora de forças”.

Para Foucault (1999), não existe uma fonte ou uma gênese do poder, as relações de poder são constantes, podendo “ser descritas pela análise de seus efeitos provisórios”. É preciso ressaltar, que as relações de poder não são possuídas, como de fato é estereotipado, o poder é exercido de forma progressiva, existem distintas formas de relações de poder, evidenciados entre homens e mulheres, dos pais sobre os filhos, como podendo ser de maneira vice e versa. Este fator traz como consequência às relações de força, permeada por lutas,

enfrentamentos entre outros modos que tal relação propicia. Para Foucault (1988, p. 103), o poder não se refere empregado por uma instituição, o poder é uma “situação complexa numa sociedade determinada”.

Com base nesta conceituação e aproximação do que se refere às relações de poder, retoma-se a perspectiva do “empoderamento”, que tem se inserido no atual cenário centrado na idealização de posse de poder, poder este abstrato, sem considerar e compreender as relações e o processo histórico perpassado pelos sujeitos.

Os significados divulgados e instituídos para “empoderamento” partem da análise das conceituações dispostas para tal terminologia. Um destes significados aponta que “o “empoderamento” devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania, e principalmente a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro”. A respectiva conceituação disposta para “empoderamento” é instituída de forma problemática, distante do significado empregado na terminologia inglesa, o “empoderamento” apresentado é idealizado como se o poder pudesse ser devolvido, ser apossado, comparando o poder com o ato de ter dignidade e remetendo a pensar que os sujeitos que não possuem poder, são excluídos de decidir sobre a própria vida, reafirmando as desigualdades sociais presentes. Portanto, pensar o aumento de poder, seria pensar de forma ilusória, pois seria inexistente elevar o poder de tal sujeito, se consideramos o cenário vivido “e os atravessamentos variados de poder sobre ele” (CARVALHO, 2004).

Vale dizer que essa variação no uso do termo “empoderamento” e a ambiguidade que ele carrega, também, pode ser observada na forma como as mulheres sujeitos da pesquisa demonstram. Para elas o “empoderamento” implica uma exigência a mais como recurso para continuarem a sua vida. Novamente, recai sobre a mulher a saída aos problemas que enfrenta. O “empoderamento” recobre e produz uma névoa, camufla a realidade, bem como, não faz ver de onde vêm as condições a que estão sujeitas. Dessa forma, também obscurece as condições sociais e os mecanismos no campo da proteção social para melhorá-las.

Este modelo ilusório e sedutor proporciona uma falsa realidade para as mulheres, deslumbrando um falso poder inexistente. Ceder a este “encanto” é cegar os olhos, quanto a realidade que se perpassa na vida cotidiana das mulheres, desnordeando o cenário apresentado pelas lutas e responsabilizações assumidas e ausentando a responsabilização do Estado para a oferta da proteção social como citado. Esta terminologia reafirma o papel da mulher enquanto objeto de sua própria história, mistificando e idealizando as mesmas como protagonistas desta história, camuflando assim, seu trajeto histórico percorrido e o peso da bagagem carregado até os dias atuais.

Com base nos resultados obtidos através da análise das falas expressadas pelas famílias mooparentais femininas, a instituição do “empoderamento” é viabilizado como uma responsabilização a mais, composto pela sobrecarga e auto-cobrança diária de suprir e cumprir esta obrigação que as mulheres se submetem. Foi verificado, que não existe um poder pleno para as mulheres, o único poder reconhecido pelas mesmas, foi o poder de conseguir resistir em meio ao cansaço e dever que elas se submetem, não sendo uma escolha,mas uma obrigação, uma luta constante para a continuidade de sua sobrevivência e de seus filhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins do respectivo trabalho buscou-se delinear de forma cronológica o embasamento construído para o cumprimento do objetivo central atribuído a pesquisa, de analisar a responsabilização e multiplicidade de papéis assumidos pelas famílias de monoparentalidade feminina. Para tal contextualização, se tornou necessário empregar a conceituação de gênero, que se constrói e reforça na trajetória percorrida pelas mulheres, traçada pela desmoralização e subjetivação das mesmas. A bagagem carregada pelas mulheres, instituídas como objeto da própria história foi marcado fortemente pelas desigualdades e limitações atribuídas ao papel da mulher, reproduzindo e refletindo até os dias atuais como questões normalizadas.

Vale destacar, que no interior das organizações familiares, estas expressões se construíram de forma intensificada. A ideologia de gênero esteve e se faz presente nos arranjos familiares, mesmo com as transformações ocorridas nestas organizações as mulheres continuam não obtendo relações igualitárias em relação aos homens. De fato, com base nas trajetórias históricas permeadas no interior das famílias, pondera-se que as desigualdades de gênero, permeiam por toda a sociedade independentemente da classe social, raça ou etnia em qual está inserida.

As transformações ocorridas, como o processo de industrialização, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a elevação de escolaridade e, conseqüentemente, sua qualificação, deram lugar a diminuição dos formatos de famílias conjugais, ou, mais precisamente as chamadas tradicionais, obtendo um aumento no número de formações de famílias monoparentais femininas, justificados por várias questões que afligiram e permeiam a realidade das mulheres. Este parâmetro permite demonstrar uma maior intensificação das desigualdades que perpassam e engendram a realidade social das mulheres.

Tal cenário demonstra que as mulheres tiveram que se adaptar às novas circunstâncias que advieram, assumindo uma parcela elevada de responsabilização, tendo que resistir, não como conceituação programática ou pela orientação política, mas resistência está atribuída como uma obrigação e dever para superar o cansaço e abalos deparados no cotidiano das mesmas. Com isto, revela-se que historicamente pesa sobre as mulheres a responsabilização de uma imposição de papéis quanto as relações de gênero, num contexto paradoxal de autoridade contestada e de estado de suspeição.

Com base nesta conjuntura apresentada e contextualizada pelas falas abordadas pelas famílias monoparentais femininas inseridas no Programa de Concessão de Bolsa de

Estudos, propiciadas pela execução do projeto de intervenção, foi concluído o peso que a terminologia “empoderamento” é encarada nas práticas das mesmas, compreendido como uma questão problemática e não como uma resolução. Ressalto a consciência da temática abordada pelo projeto de intervenção, que partiu de um uso corriqueiro do termo adotado, sem a devida análise para tal utilização, desconhecendo sua real utilização em um momento de uso ingênuo do termo. No entanto, tal terminologia propiciou uma aproximação com as mulheres, produzindo uma consciência crítica da terminologia adotada pelo projeto.

A fala das mulheres quanto a esta nomenclatura abordada, foram determinantes, enquanto formuladora da pesquisa, a pesquisa revela esta fragilidade, cumprindo um esclarecimento da terminologia. Embora, não tenha sido este o respectivo objetivo da pesquisa, o “empoderamento” se anuncia como um “canto da sereia”, sendo divulgado pelo modo encantador e camuflando as reais situações em que as mulheres perpassam.

A construção da pesquisa proporcionou um aprendizado constante e crítico acerca do tema adotado, concluindo a conceituação de “empoderamento” pelo enfraquecimento das mulheres e não pelo ato de fortalecimento, sendo interligadas e demonstradas diretamente com as falas das mulheres inseridas na pesquisa. Enquanto formuladora da respectiva pesquisa, me deparei com o momento do uso certo do termo, reconhecendo a contradição do termo abordado pelo projeto para com a pesquisa. Portanto, exponho a importância do empiria enquanto constituinte da produção do conhecimento, demonstrando que parte dos conhecimentos adotados ao longo da trajetória são reproduções de informações, sendo falsas ideias acerca de determinado assunto, e a desconstrução acerca deste termo discutido não deve ser ignorado, buscando sair da zona de conforto e conhecendo suas reais aplicações e utilidades.

Concluo que o atual cenário político, cultural e ideológico, em qual estamos inseridos, desvincula o real sentido dos direitos humanos, desvinculando com a atual realidade perpassada. Se camufla as reais condições em que as mulheres vivem diariamente, mediante suas várias lutas deparadas no cotidiano. Com esta “nova” velha perspectiva, diante as submissões e outros fatores que se engendram nas condições deparadas enquanto mulher, carregada historicamente e culturalmente nas relações sociais, é preciso ressaltar que além de uma perspectiva de retrocesso, há uma luta pela manutenção das conquistas alcançadas até o momento, empregando a resistência como forma de luta.

REFERÊNCIAS

- BALIANA, Livia Karla. **Monoparentalidade feminina e seus desafios**: Um estudo exploratório. 2013. 126 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <[https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7136/2/Tese na íntegra Livia Baliana.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7136/2/Tese%20na%20%C3%A9gua%20de%20Livia%20Baliana.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2018.
- BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Maria Cristina A. Sofridas e mal pagas. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 40, 1981.
- BEHRING, Elaine. Recomendações para a elaboração do projeto de intervenção. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 5 — Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2001.
- BEHRING, Leiliane Souza; FONTES, Márcia Barroso. Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015. In: **I SEMINÁRIO NACIONAL: FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. GT 5 — FAMÍLIA, GERAÇÃO E TRABALHO**. 2015. Disponível em: <<http://www.ppged.ufv.br/seminariofamiliapoliticassociais/wp-content/uploads/Fam%C3%ADlias-monoparentais-um-enfoque-demogr%C3%A1fico-a-partir-dos-dados-da-PNAD-2015.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan./fev./mar./abr., 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1998. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Lei da filantropia. Dispõe da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Seção 1. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 30 de novembro de 2009.
- BRASIL. **Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011**. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 15 de agosto de 2011.
- BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (org.). **Nova conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: EDUSC, 2007, p.21–58.

BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (org.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 20–28, jan. 2010. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802010000100003/12726>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). A condição feminina. **Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Vértice Revista dos Tribunais, 1988.

CARVALHO, Sérgio Resende. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção da Saúde. **Cadernos Saúde Pública**, 20, p. 1088–1095, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400024>>. Acesso em: nov. 2018.

CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero? In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, I., 2010. Universidade Estadual de Londrina. **Anais**: ISSN 2177–8248.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza: em cenário neoliberal. In: GALEAZZI, I. (org.). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: 2011. p. 89–96.

CONCILIAR. In: **Dicio**— Dicionário Online de Português. 2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/conciliar>>. Acesso em: nov. 2018.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por Mulheres pobres e Monoparentalidade Feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, p.141–156, 12 abr. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC/Downloads/a11.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Familismo na política social brasileira e as mulheres. **Revista Fsa**, Teresina, p.206–221, 16 dez. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC/Downloads/45-281-1-PB.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, Santa Maria, p.37–49, jun. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC/Downloads/3298-10531-1-PB.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, correlação de forças e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

FAUSTINO, Micheli Klauberg. **Os desafios postos ao Serviço Social do Colégio Marista: Demandas e respostas da Profissão na Relação com o Contexto Escolar**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Centro Socioeconômico) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95185/300357.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 set. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GELINSKI, C. R.O.G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2012. Juiz de Fora.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **SaudeSoc.**, v.13, n. 2, São Paulo, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003>. Acesso em: nov. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo—desarollo humano y democracia**. Madrid: Horas e Horas, 1996.

LIMA, E. **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — UFSC, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**. 25 a 27 de abril de 2007. Florianópolis: UFSC, Brasil.

MACEDO, M. dos S. Mulheres Chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. In: **Caderno CRH**, v. 21. Salvador, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: set. 2018.

MARQUES, José Roberto. **O Que é Empowerment e Como Funciona?** 2015. Disponível em: <<https://www.jrmcoaching.com.br/blog/o-que-e-empowerment-e-como-funciona>>. Acesso em: 17 out. 2018.

MENDES, A.; SCOTT, M. P. R. **Mulheres chefes de família em áreas zeis: gênero, poder e trabalho.** 2005. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al* (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, R.; CAMPOS, M. CARLOTO, C. (org.) **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015. p. 125–146. (Texto complementar de VILLA, Simone B. sobre família e demografia).

MORAES, P.M. **A inserção das famílias monoparentais chefiadas por mulheres na proteção social básica de Florianópolis.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — UFSC, 2009.

MOREIRA, Adilson José. **Racial justice in Brazil.** Struggles over equality in time of new constitutionalism. 2013. 383 p. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) — Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, Universidade de Harvard, Cambridge, EUA.

OLIVEIRA, Zuleica L.C.de; MIRANDA-RIBEIRO, Paula; LONGO, Luciene. Uma exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** São Paulo: ABEP, 2012.

PALIER, B. Presentación: um Estado Del Bienestar para lãs envejecidas sociedades posindustriales. In: ESPING-ANDERSEN, G.; PALIER, B. **Los três grandes retos Del Estado Del bienestar.** Barcelona: Planeta, 2010.

PARELLA, Sònia. Las Políticas Familiares. In: ADELANTADO, José. **Cambios em el Estado Del Bienestar: políticas sociales y desigualdades em España**. Barcelona: Icara, 2001.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/01%20-%20Carole%20Pateman%20-%20O%20Contrato%20Sexual%20(livro%20completo).pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115–136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade**. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27–48, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2018.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família Monoparental Brasileira. **Rev. Jur.**, Brasília, v. 10, n. 92, p. 1–30, out./2008 a jan./2009.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez.1995.

SIGNIFICADOS. **Significado de empoderamento**: O que é empoderamento. 2016. Disponível em: <https://www.significados.com.br/empoderamento>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SILVERA, Rachel. Os salários: mantidas as condições desiguais? In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (org.). **As novas fronteiras da desigualdade**. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 151–164.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE M.; GODINHO, T. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para a política pública. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SOUZA, M. P.; TAKASHIMA, G. M. K. A. “Cidadanização” da mulher em seu contexto familiar: em desafio ético ao Serviço Social. In: **Revista Katalysis**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviço Social. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 2, maio 1998.

STACK, Carol. **All our kin**. Nova York: Harper & Row, 1974.

TEIXEIRA, Solange Maria *et al.* Política social contemporânea: A família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamasoetal (org.). **Familismo Direito e Cidadania: contradições das políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 110–244.

VITALE, Maria AmaliaFaller. Famílias monoparentais: indagações. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 71, ano XXIII. São Paulo: Cortez, set. 2002, p.45–62.

ZANARDO, Larissa; VALENTE, Maria Luisa Louro Castro. Família e gênero na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, p. 12–16, 10 out. 2009.

Disponível em:

<file:///C:/Users/PC/Downloads/2009%20genero%20e%20familia%20contemporanea.pdf>.

Acesso em: 29 set. 2018.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Brasília, v. 27, n. 3, p.238–246, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0238.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

APÊNDICE A

MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Jéssica Martins Morfim, sou graduanda do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC. Diante da necessidade de investigar as responsabilizações assumidas pelas famílias monoparentais femininas, estou desenvolvendo a pesquisa “Mulheres Responsáveis pelas Famílias: o “empoderamento” como “canto da sereia”.

Esta pesquisa segue as recomendações da Resolução do CNS n. 466/2012, e tem como objetivo geral, analisar a responsabilização e multiplicidade de papéis assumidos pelas famílias de monoparentalidade feminina.

Para que se possa alcançar este objetivo, os participantes responderão a perguntas, a partir de um roteiro, com temas referentes ao “empoderamento” e aos desafios presentes na vida cotidiana das famílias monoparentais femininas.

Informamos que, em princípio, a entrevista não envolve riscos aos participantes, no entanto, caso haja algum desconforto devido aos questionamentos realizados compromete-se a não prosseguir com os mesmos. Os entrevistados não terão nenhum benefício direto com a pesquisa, mas estarão contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios de maneira geral à sociedade. Esperamos com os resultados contribuir para a compreensão das realidades retratadas pelas famílias de monoparentalidade feminina, marcadas pela sobrecarga diária, implicadas pelas desigualdades de gênero

Compromete-se também a manter o sigilo das informações fornecidas, uma vez que os registros escritos e gravados permanecerão arquivados na sala da orientadora da pesquisa, no Departamento de Serviço Social da UFSC, e que não se fará referência a identidade dos participantes no trabalho.

Os participantes têm garantia plena de liberdade para recusar-se a participar do estudo ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização.

Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, neste momento ou posteriormente, nos disponibilizamos a realizar os devidos esclarecimentos através dos seguintes contatos: com a pesquisadora Jéssica Martins Morfim, pelo telefone (048) 984665369 e/ou pelo e-mail: marfim93@gmail.com, com a Profa. Orientadora Dra. Simone Sobral Sampaio pelo e-mail: simone.s@ufsc.br e com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo endereço: *Rua Desembargador Vitor Lima, n.222, 4º andar, sala 401 Trindade – Florianópolis*, pelo telefone: (048) 3721-6094 ou pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui esclarecido(a) sobre a pesquisa “Mulheres Chefes de Família: Faces de uma luta engendrada nas relações de poder” e concordo que os dados por mim fornecidos sejam utilizados na realização da mesma. Informo que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi feito em duas vias, sendo que uma delas permaneceu comigo.

Florianópolis, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do participante

ANEXOS

ANEXO – Questionário inserido com as Mulheres Responsáveis pela Família do Programa de Concessão de Bolsa de Estudos (PCBE).



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

Este tema basicamente nosso luta da lei da sobrevivência, respeito, igualdade, e de todas as formas de direito e deveres!

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

Vejo a meu lado as vistas e experiências e vivências que somos frágeis sem muito recursos e muito de liberdade e experiências não correspondida e aceitamos como no mundo da mulher, muitas vezes identico do próprio ser.

Como muitas vezes lidando com pessoas envolvidas intensivas, e muitas vezes a toda subsistência ou até mesmo fisicamente.



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

Empoderar, pra mim significa o poder pleno que a mulher tem na família, a capacidade que temos de fazer várias funções e tarefas diárias, e conseguir resolver muitas dificuldades.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

A mulher nos dias de hoje ainda sofre muito preconceito no mercado de trabalho, com relação a parte financeira.



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

ME SINTO MUITO BEM SORTEADA E MUITO AUTO-SUFICIENTE POR DEUS TER DADO A MIM, ESTE PODER, PODER ESTE DE SER RESPONSÁVEL, CHEFE DE UMA FAMÍLIA, PODER DE PREPARAR, EDUCAR, ENSINAR O CAMINHO DA VIDA PARA MEUS FILHOS, ENSINANDO-OS A VILHAR NO CAMINHO DO BEM.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

AS MINHAS MAIORES DIFICULDADES ESTÃO RELACIONADAS AO FATO DE TER QUE RESOLVER TUDO SOZINHA, AS RESPONSABILIDADES DO DIA A DIA, QUESTÃO FINANCEIRA, SEMPRE BUSCANDO EM PESQUISAS PELOS MEMBROS PARA NÃO PASSAR NECESSIDADE. O CORRE CORRE DO DIA A DIA. NO MAIS BUSCO SEMPRE UMA FORÇA INTERIOR UMA LUZ EM DEUS PARA SEMPRE DAR CORTEJA DO RELATO. SOU MUITO FELIZ COM MINHA FAMÍLIA.



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

Para mim chefe de família é quem
comanda a família, no caso a mulher
que vive com os filhos que cuida, educa,
alimento, etc.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

Conciliar o serviço com tempo para
minha filha, trabalho e dia a dia;

**PROJETO:****EMPODERA!****Mulher Chefe de Família**

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

Dei que as famílias ^{estão} mudando.
 O conceito familiar é mais o mesmo.
 Hoje temos outras formas distintas de
 família.
 Constituída com presença paterna.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

- Mulher tem desigualdade na renda
 em pagando com homem.
 - Sobre procriação ainda por ser divorciada.
 - Ter que ser forte mesmo nos meses
 das mais ruins.



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

DE INÍCIO É DIFÍCIL ESCLARECER POIS
O TEMA ENVOLVE NOSSO COTIDIANO NADA
FÁCIL.
TALVES NOS LEVA PARA UM MUNDO
TOTALMENTE DESCONHECIDO.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

DIFICULDADES NÃO SOU DESINIBIDA
PROBLEMAS - TRAJETO POIS JÁ O FAÇO
MUITAS VEZES
DESAFIOS - VER O CANSASSO
INCOMPREENSÃO - CUIDAR COM FILHA
ADOLESCENTE, POIS JÁ TIVE MUITO
TARDE A GRAVIDEZ, FICO PERDIDA!



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

É a mulher ocupando o seu espaço na sociedade. Seja com responsabilidade financeira pela casa, como educadora dos filhos, como profissional em seu trabalho ou até mesmo como pessoa atuante em sua comunidade.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

Falta de credibilidade de alguns setores da sociedade, que não valorizam ou até mesmo desqualificam a mulher que vai a luta e ocupa todos os espaços com autonomia. Ainda existe a cobrança de que a mulher precise de um parceiro para "sobreviver", algumas empresas que pagam uma profissional mulher com um salário inferior a um homem com a mesma qualificação, até filhos que não respeitam suas mães em função de sua delicadeza no agir.



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

Ser mulher muitas vezes é ser tudo. Mãe, amiga, empregada, mesôcula e buscar forças todos os dias pra conseguir desempenhar todas essas funções e é mais difícil sempre com o amor e com um sorriso no rosto e mesmo quando acho que vou cair com tantas responsabilidades sempre chega no final do dia com o dever cumprido e cai de novo no cama para o outro dia ter disposição pra começar tudo de novo kkk.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

Eu sou mãe solteira e tenho três filhas e não sei que tenho impensáveis apesar de ser uma luta todos os dias, mas tenho que fazer todos os papéis pois não tem eu pra tudo.



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

EXCELENTE ESTE PROJETO, PUIS MAS
 PRECISAMOS QUE RECONHEÇA O
 QUANTO É DIFÍCIL ESTAR SOZINHA PARA
 TER TANTA RESPONSABILIDADE SOBRE OS
 FILHOS

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

EU COMO SOZINHA TENHO DIFICULDADE EM SABER
 ATÉ QUE PUNTO DEVO EXIGIR AS CUSTAS DO DIA DIA
 DE MINHA FILHA, POR ACHO QUE CUSTO MUITO
 DOLA NO A FAZENDO DO DIA DIA.
 ATÉ QUE PUNTO DEVO PROIBIR DE LA SAIR COM
 AMIGAS.



PROJETO:

EMPODERA!

Mulher Chefe de Família

Mulher, o que você sabe sobre o tema escolhido para este projeto?

Reconhecer o poder que a mulher tem sobre a família.

Mulher, quais as maiores dificuldades, problemas, desafios, incompreensões que fazem parte de sua vida em relação a este tema?

Atrualmente a mulher é muito cobrada sobre tudo, ela tem que trabalhar para cuidar de filhos, educá-los e ainda cuidar das coisas da casa e em alguns casos existe uma cobrança de que a mulher tem que cuidar de tudo e todos e quando ela decide tirar um tempo pra si cuidar em alguns momentos é condenada por isso. Infelizmente vivemos em uma sociedade machista que acredita que tudo é obrigação somente da mulher.